PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

JOSÉ RIBAMAR CARLOS RODRIGUES JÚNIOR

LIMA BARRETO: olhares sobre a política e a educação no Brasil republicano (1909 – 1922)

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
JULHO/2025

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA

JOSÉ RIBAMAR CARLOS RODRIGUES JÚNIOR

LIMA BARRETO: olhares sobre a política e a educação no Brasil republicano (1909 – 1922)

MOSSORÓ
2025

JOSÉ RIBAMAR CARLOS RODRIGUES JÚNIOR

LIMA BARRETO: olhares sobre a política e a educação no Brasil republicano (1909 – 1922)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História / mestrado profissional em ensino de história (PROFHISTÓRIA), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre. Linha de pesquisa: linguagens e narrativas históricas – produção e difusão.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fabiano de Freitas Mendes

MOSSORÓ

2025

© Todos os direitos estão reservados a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do(a) autor(a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei n° 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei n° 9.610/1998. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu(a) respectivo(a) autor(a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

Catalogação da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande
do Norte.

R696l Rodrigues Júnior, José Ribamar Carlos
LIMA BARRETO: olhares sobre a política e a educação no Brasil republicano (1909 - 1922). / José Ribamar Carlos Rodrigues Júnior. - Mossoró, 2025.
93p.

Orientador(a): Prof. Dr. Francisco Fabiano de Freitas Mendes.
Dissertação (Mestrado profissional em Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de História. 2. Ensino de História do Brasil republicano. 3. intertextualidade. 4. Lima Barreto. I. Mendes, Francisco Fabiano de Freitas. II. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC´s) foi desenvolvido pela Diretoria de Informatização (DINF), sob orientação dos bibliotecários do SIB-UERN, para ser adaptado às necessidades da comunidade acadêmica UERN.

JOSÉ RIBAMAR CARLOS RODRIGUES JÚNIOR

LIMA BARRETO: OLHARES SOBRE A POLÍTICA E A EDUCAÇÃO NO BRASIL REPUBLICANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História / Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 04 / 07 / 2025

Banca examinadora

Documento assinado digitalmente
FRANCISCO FABIANO DE FREITAS MENDES
Data: 14/08/2025 11:31:13-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Francisco Fabiano de Freitas Mendes (Orientador)
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Documento assinado digitalmente
ANDRE VICTOR CAVALCANTI SEAL DA CUNHA
Data: 20/08/2025 10:04:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. André Victor Cavalcanti Seal da Cunha
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Documento assinado digitalmente
PAULA REJANE FERNANDES
Data: 20/08/2025 15:26:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dra. Paula Rejane Fernandes
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) — Céres

Às três mulheres mais importantes da minha vida: mãe, irmã e esposa, para o meu pai, também professor de História, fonte de inspiração, e para os meus dois filhos Joaquim e Martim. É por vocês que luto todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Tive a sorte de nascer em uma família de professores, minha mãe, Francisca Lúcia Pontes Rodrigues, lecionou por 30 anos em escolas públicas da educação básica do Estado do Ceará e hoje se encontra aposentada, meu pai, José Ribamar Carlos Rodrigues, que já lecionou por mais de 35 anos entre escolas públicas e privadas, hoje ainda se encontra na luta pela conquista da segunda aposentadoria. Minha querida irmã, Ana Germana Pontes Rodrigues, também professora da rede estadual de educação, fonte de orgulho e inspiração por já ter trilhado uma brilhante carreira acadêmica ainda tão jovem. Frente a essas estrelas eu me sinto muito pequeno e ao mesmo tempo inspirado.

A minha esposa e companheira, Natalia de Andrade Lopes, que me incentivou desde o início a continuar os meus estudos, sem o amor e a dedicação dela aos nossos filhos eu não teria conseguido. É tudo por vocês e para vocês.

Ao amigo Dorenildo Domingues Matos, que foi o primeiro, ainda na época da graduação, a me incentivar a continuar estudando sobre Lima Barreto. Um amigo que, apesar da distância que vivemos hoje, eu ainda tenho um profundo carinho e admiração.

Aos vários amigos que fiz durante o período da graduação em História na UFC, que apesar da distância e das dificuldades que temos hoje para nos encontrarmos, sinto que ainda estamos ligados pelas nossas histórias e experiências docentes.

A todos os colegas da turma 2023.1 do PROFHISTÓRIA da UERN, foi muito prazeroso poder conversar e conhecer cada um de vocês, o tipo de vivência que só os cursos presenciais podem proporcionar. Apesar dos custos para a realização de cada viagem, valeu muito a pena conhecer Mossoró.

Ao meu orientador Francisco Fabiano de Freitas Mendes, pela atenção e pela confiança dada ao meu humilde trabalho, muito obrigado.

“O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que nem os mortos estarão em segurança se o inimigo vencer”.

Walter Benjamin.

RESUMO

Este trabalho consiste em uma proposta de utilização da literatura como fonte histórica e as possibilidades do seu uso pelos professores da educação básica. Para tanto, parte-se do entendimento de que, em sala de aula, aprendizagem e pesquisa são indissociáveis. Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo fornecer subsídio para a utilização das obras do escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), como uma ferramenta para o ensino da História do Brasil republicano. A principal metodologia de análise consiste no diálogo da Literatura com a Historiografia e a Sociologia, em que tentamos desvendar o significado da implantação da República no Brasil (1889) e a construção da nacionalidade brasileira a partir dos escritos do presente autor. A sequência didática desenvolvida visa demonstrar como os estudantes podem ser impactados pelo ensino de História através da Literatura, a fim de justificar a ampliação da prática interdiciplinar nas escolas, a partir do entendimento da relação de intertextualidade entre as narrativas produzidas por Lima Barreto e por historiadores preocupados em interpretar as “grandes questões nacionais” sob a luz de sua época.

Palavras-chave: Lima Barreto; intertextualidade; ensino de História do Brasil; ensino de Literatura.

ABSTRACT

This work proposes the use of literature as a historical source and explores its potential for use by elementary education teachers. It is based on the understanding that, in the classroom, learning and research are inseparable. The objective of this work is to provide support for the use of the works of Rio de Janeiro writer Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) as a tool for teaching the History of Republican Brazil. The main methodology of analysis consists of a dialogue between Literature, Historiography, and Sociology, in which we attempt to unravel the meaning of the implantation of the Republic in Brazil (1889) and the construction of Brazilian nationality based on the author's writings. The developed didactic sequence aims to demonstrate how students can be impacted by teaching History through Literature, in order to justify the expansion of interdisciplinary practice in schools, based on the understanding of the intertextuality relationship between the narratives produced by Lima Barreto and historians concerned with interpreting the "great national issues" in the light of their time.

Keywords: Lima Barreto; intertextuality; teaching Brazilian History; teaching Literature.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....11
CAPÍTULO 1 – Lima Barreto e a República: o desencontro entre Estado e Nação.....17
1.1. O encontro: Lima Barreto e seu tempo.....17
1.2. O confronto: Lima Barreto e a construção de um projeto de nação para o Brasil.....27
CAPÍTULO 2 – A literatura de Lima Barreto e o ensino de história do Brasil.....34
2.1. Um escritor visionário: *Triste fim de Policarpo Quaresma* e um projeto de desenvolvimento para o Brasil.....39
2.2. *Recordações do escrivão Isaías Caminha* e o enfrentamento do racismo na sala de aula.....45
CAPÍTULO 3 – O encontro entre Clio e Calíope: propostas para o ensino de História através da literatura.....52
3.1. Sequência didática 1: abolição da escravatura no Brasil e formação da identidade nacional.....54
3.2. Sequência didática 2: a proclamação da República no Brasil e o desencontro entre Estado e Nação.....62
3.3. Sequência didática 3: Nacionalismo, história e literatura na obra de Lima Barreto.....68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....74
REFERÊNCIAS.....76
ANEXOS.....79

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho, pretendemos abordar o ensino da história do Brasil nas escolas de educação básica através da leitura das obras do escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922), no sentido de entender em que medida seus escritos podem contribuir para a construção de uma linha de entendimento sobre o período da Primeira República no Brasil (1889-1930), tendo como marco o movimento que levou ao 15 de novembro de 1889 e questões políticas e sociais relevantes relacionadas à implantação desse regime, dialogando com a produção historiográfica anterior e posterior à data de publicação dos seus escritos. Tentaremos aqui verificar como os textos ficcionais de Lima Barreto dialogam com diversas tentativas de sínteses históricas e sociológicas sobre problemas que ainda assolam a sociedade brasileira como o racismo, a desigualdade social e o comportamento das nossas classes políticas.

O recorte temporal da nossa pesquisa se deu a partir das questões levantadas sobre o primeiro romance de Lima Barreto, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, publicado no ano de 1909, até a data da morte do escritor, em 1922. Tal escolha relaciona-se com a opção temática, sobre o que pretendemos estudar em relação à obra do autor, que é a construção da nacionalidade brasileira no início do século XX e um olhar sobre o racismo no Brasil. Para tanto, entendemos que a fase mais madura do escritor se deu durante esse período em que os temas por nós escolhidos perpassam de forma transversal praticamente todas as publicações do escritor. Para a construção do projeto didático desenvolvido no terceiro capítulo, optamos por focar a nossa análise no gênero textual romance e somente em dois dos publicados pelo autor, o primeiro, já citado, e *Triste fim de Policarpo Quaresma,* de 1915.

Mas por que Lima Barreto? Para justificar a escolha do autor em estudo nesse trabalho, primeiramente é necessário apresentar o conjunto de motivações pessoais que nos levaram a ter contato com a obra do escritor carioca e como este tem impactado as minhas análises históricas enquanto professor da educação básica. Meu primeiro contato com o literato se deu no ensino médio, quando prestei vestibular, em 2005, para ingressar na UFC (Universidade Federal do Ceará). Na época, existia uma lista de livros indicados para realizar a prova de Língua Portuguesa e Literatura, na qual constava o título de *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto. Na época, A leitura das crônicas barretianas despertaram muito o meu

interesse, pois, com a mediação das análises feitas pelo professor de literatura na escola, consegui estabelecer várias relações entre a república imaginária da Bruzundanga e certa realidade política, econômica e social do Brasil.

Posteriormente, agora na condição de aluno do curso de licenciatura em História da UFC, que cursei entre os anos de 2006 a 2010, realizei a leitura do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, do mesmo autor, e dessa vez consegui unir vários pontos da minha percepção sobre os fenômenos sociais com os quais me deparava na universidade. O arrivismo acadêmico, o pedantismo dos supostos intelectuais de esquerda, o nacionalismo moral e ingênuo, a nostalgia dos mais velhos – expressada na busca de um passado idílico supostamente mais favorável à universidade – eram elementos presentes no meu cotidiano acadêmico, que enxerguei estarem romanticamente narrados na vida dos personagens criados por Lima Barreto. A literatura contribuiu assim para ampliar o meu foco perceptivo e a minha formação crítica e intelectual.

Após concluir a graduação em História, comecei a lecionar na rede pública de ensino do Estado do Ceará, e as minhas percepções sobre os livros de Lima Barreto passaram a influenciar as minhas análises históricas em sala de aula. Sempre que lecionava sobre o período da Primeira República no Brasil (1889-1930) não deixava de citar os escritos de Lima Barreto. Pude então perceber um maior interesse dos alunos pela História, quando contada de uma forma crítica e não linear, como era apresentada no livro didático. Dessa forma, a possiblidade de estabelecer relações entre as temporalidades históricas através da leitura dos textos do literato carioca empolgava muito mais os estudantes, e o professor, do que a leitura e a interpretação do livro didático.

Motivado por essas análises, dei prosseguimento aos meus estudos e. em 2013, defendi minha monografia para a conclusão do curso de especialização em Metodologias do Ensino de História, sob o título *O ensino de História através da Literatura: interpretações da República brasileira a partir dos romances de Lima Barreto* (RODRIGUES JR., 2013), e foi deste trabalho que surgiu a motivação para continuar me aprofundando nos escritos de Lima Barreto, agora em nível de mestrado em ensino de História.

Expostas as motivações pessoais partiremos para as justificativas acadêmicas sobre a relevância do estudo dos escritos do presente autor. A volumosa e diversa produção intelectual do escritor carioca no início do século XX

constitui uma importante fonte testemunhal sobre as mudanças de sua época. A obra de Lima Barreto já foi amplamente analisada por cientistas sociais engajados na tarefa de reinterpretar os acontecimentos da Primeira República a partir dos seus lugares históricos[1].

O valor da literatura barretiana se dá, sobretudo, devido aos sólidos paralelos que podem ser estabelecidos entre o Brasil contemporâneo e a permanência de determinados valores políticos, econômicos e culturais satirizados, ou explicitamente narrados, através das suas crônicas da sociedade brasileira de sua época. Como exemplo, podemos citar o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma,* que nos permite refletir sobre diversos "contextos demonstrativos" da sociedade de sua época e a permanência de determinados padrões de conduta na sociedade brasileira atual.

É assim que *Triste fim de Policarpo Quaresma* nos aparece na construção de sentido no ensino médio:

> Além da descrição política do país nesse início da República, a obra traça um rico painel social e humano dos subúrbios cariocas na virada do século. Aposentados, profissionais liberais, moças casadoiras, carreiristas, músicos, donas de casa, o mulato – esse é o universo retratado por Lima Barreto em *Triste fim de Policarpo Quaresma* (CEREJA, 2000, p. 326).

Considerando a literatura "como um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes de uma fase" (CANDIDO, 1997, p. 23), podemos identificar elementos comuns no ambiente cultural e social que se instituiu no Brasil no início do século XX, representativos das mudanças históricas que também se manifestaram através dos escritos de Lima Barreto. Nesse sentido, os vários eixos temáticos presentes nas obras do escritor carioca podem ser historicizados a partir do entendimento sobre as questões estruturais da sociedade brasileira de sua época.

A pesquisa desenvolvida tenta recuperar as narrativas literárias produzidas por Lima Barreto na perspectiva de entender as relações sociais existentes no seu texto como representativas das "demandas civilizadoras" da sua época e seu engajamento em relação às mesmas, principalmente no que tange à construção da nacionalidade brasileira que ganhava novos contornos com a proclamação da

[1] Ver: SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

República em 1889. Entendendo os textos produzidos por Lima Barreto como representações da *cultura escrita* e da *memória social* de uma determinada época, podemos refletir sobre as condições históricas da sua produção escrita, sobre as estratégias de publicação e reprodução dos seus textos, bem como suas redes de sociabilidades.

Durante o levantamento bibliográfico realizado para a elaboração dessa dissertação, pudemos notar um crescente interesse de publicações e trabalhos acadêmicos que, na última década, têm se debruçado no estudo sobre a atualidade dos escritos de Lima Barreto, levando alguns pesquisadores, especialistas em sua obra, a atingirem certa relevância no mercado editorial e midiático. Exemplo disso é a pesquisadora Lilia Schwarcz, que na última década publicou uma biografia de fôlego sobre o literato, em que nos proporciona várias pistas sobre o sentido e o contexto de publicação das obras do escritor carioca no início do século XX (SCHWARCZ, 2017).

A hipótese que levantamos para explicar o crescente interesse pelo estudo da obra de Lima Barreto é de que, para além da data do centenário de sua morte em 2022, sua literatura continua a apresentar uma impressionante e ao mesmo tempo incômoda relação com a atualidade dos problemas que assolam a sociedade brasileira: o ambíguo ideal de nação, os desmandos do poder público, a discriminação racial, a opressão sofrida pela mulher, o arrivismo político e social. O momento político atual, em que crescem os grupos conservadores e os partidos políticos de direita, parece ter saído diretamente da república das *Bruzundangas* ou do *Reino de Jambon*[2].

Procuramos, a partir desse estudo, interpretar alguns dos problemas políticos e sociais ainda vivenciados no Brasil sob o olhar crítico lançado em momentos de sua formação e desenvolvimento, como foi feito por Lima Barreto em sua época. A ideologia nacional brasileira, que se consolidará de forma hegemônica a partir da implantação do Estado Novo (1937), irá se constituir no sentido de tentar negar todo e qualquer conflito existente com a construção do mito da suposta “índole pacífica do povo brasileiro” (SOUZA, 2009, p. 39). A perspectiva engajada da literatura do autor em estudo nos traz a possibilidade do desenvolvimento de reflexões críticas sobre essas visões negativas dos conflitos sociais existentes. O caráter elitista do

[2] Ver: CURY, Maria Zilda Ferreira. *Um mulato no reino de Jambom: as classes sociais na obra de Lima Barreto.* São Paulo: Cortez, 1981.

Estado brasileiro republicano e a sua cidadania restritiva denunciada por Lima Barreto podem nos levar a refletir, a partir do estabelecimento de relações entre os diversos tempos históricos, sobre aspectos inconclusos da atual cidadania brasileira, na perspectiva de denunciar para transformar e de entender para reivindicar direitos que historicamente nos foram negados.

Para tratar sobre os problemas políticos mais relevantes da sua época, Lima Barreto optou por um tipo de escrita que mesclava o realismo com a sátira para expressar a sociedade da sua época. Tal tipo de escrita expressava as contradições observadas pelo escritor entre a teoria e a prática das nossas instituições políticas e dos valores nacionais. O autor observou com perspicácia as incoerências entre o discurso e a prática das nossas relações sociais, e, diante disso, construiu as suas narrativas sob um tom, muitas vezes, caricatural dessa sociedade, pois, diante desse descompasso, só os exageros poderiam dar conta da visão de cada lado dessa moeda: ricos e pobres, ou exploradores e explorados. Em virtude disso, no sentido de interpretar essas incoerências e desigualdades apontadas pelo autor na construção desse Estado brasileiro republicano, desenvolvemos a nossa pesquisa.

Dessa forma, a utilização da literatura enquanto fonte e objeto para os estudos históricos é aqui pautada em uma reflexão sobre as possibilidades de construção de uma memória em disputa a partir da análise da mesma, pois todas as linguagens podem ser pensadas pelo historiador como constitutivas de uma determinada memória social ou coletiva. Nesse sentido, a questão das rupturas e permanências das análises interpretativas da Literatura produzida por Lima Barreto no início do século XX é um dos pontos centrais da reflexão histórica aqui proposta. Olhar o mundo sob as lentes particulares de um determinado escritor e perceber em que medida essas lentes podem servir para interpretar determinada realidade política, social e cultural contemporânea é um dos desafios do presente trabalho.

Na nossa dissertação para a conclusão do curso de mestrado profissional em ensino de história não temos o compromisso com o ineditismo do tema da pesquisa proposta, tampouco pretendemos esgotar as possibilidades interpretativas do ensino de história a partir dos escritos de Lima Barreto, mas temos por objetivo fornecer subsídios para que os professores da educação básica possam ampliar suas visões sobre o ensino de história através da literatura, a partir da construção de um projeto didático embasado na teoria do conhecimento histórico e literário.

A dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro, partimos para o diálogo entre os escritos de Lima Barreto com determinadas obras de cientistas sociais, que direcionaram seus estudos para interpretar a construção da nacionalidade brasileira sobre a influência do Estado Republicano implantado a partir de 1889. No segundo, desenvolvemos um debate epistemológico entre história e literatura, enquanto saberes separados, mas que podem convergir para o melhor entendimento de uma dada sociedade. Em sequência, apresentamos um estudo sobre qual projeto de nação e de desenvolvimento Lima Barreto defendia para o Brasil e como o romance de Lima Barreto pode ser utilizado pelos professores no combate ao racismo nas escolas. No terceiro, apresentamos quais são os fundamentos e métodos norteadores da nossa prática de ensino de história e, em seguida, desenvolvemos um conjunto de três sequências didáticas para o uso da literatura nas aulas de história do Brasil nas escolas de Ensino Médio.

Capítulo 1 – Lima Barreto e a República: o desencontro entre Estado e Nação

> A República dos Estados Unidos da Bruzundanga tem o governo que merece. Não devemos estar a perder o latim com semelhante gente; eu, porém, que me propus a estudar os seus usos e costumes, tenho que ir até ao fim. (BARRETO, 2013, p. 45).

A epígrafe acima, retirada de uma obra de sátiras do autor em estudo, nos faz refletir sobre o sentido do debate político contemporâneo. Afinal, a República dos Estados Unidos da Bruzundanga tem o governo que merece? Em tempos em que palavras ou expressões como “pobre de direita” e “extrema direita” tornam-se cada vez mais comuns no noticiário político nacional, a sátira barretiana nos apresenta uma afirmação que nos inspira a elaboração da seguinte pergunta: será que o Brasil tem o governo que merece? Para responder a essa pergunta, pretendemos gastar aqui o nosso “latim”, mas sem a pretensão de manter um certo distanciamento que o estrangeiro visitante da Bruzundanga tentou imprimir em suas crônicas sobre aquele país, pois afinal somos seres históricos reais – embora dialogando com a ficção – e escrevemos de um determinado lugar social, historicamente datado. Mesmo assim, pretendemos ir até o fim.

1.1. O encontro: Lima Barreto e seu tempo.

O criador da República dos Estados Unidos da Bruzundanga nasceu no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1881, sete anos antes da data de assinatura da lei Áurea, evento importante para o entendimento dos “usos e costumes” do povo da Bruzundanga e do Brasil, e faleceu em 1 de novembro de 1922, quase 9 meses depois do início da Semana de Arte Moderna em São Paulo, evento importante como marco do início do movimento modernista no Brasil. Lima Barreto também presenciou aos oito anos de idade a proclamação da república, em 15 de novembro de 1889, evento que décadas depois irá inspirar a criação da sua república imaginária. Esses três acontecimentos irão servir como marcos delimitadores e inspiradores da sua obra, que foi qualificada por alguns críticos literários como pertencente ao Pré-Modernismo (SCHWARCZ, 2017). Com isso, percebe-se que o escritor foi um observador-participante de eventos políticos importantes de sua época, compondo uma literatura em que realidade e ficção se misturaram na tentativa engajada do autor de escrever sobre os problemas políticos e sociais do Brasil.

Tendo em vista os dados biográficos apresentados, vamos agora modificar a questão anterior: para Lima Barreto, o Brasil tinha o governo que merecia em sua época? Lima Barreto fez parte de uma geração de escritores que se preocupava com o engajamento político das suas obras, no sentido de que estas pudessem servir como instrumentos para a promoção de mudanças nas estruturas políticas, que esses escritores consideravam opressoras e associadas aos valores implantados na sociedade brasileira junto com a República de 1889.

A obra de Nicolau Sevcenko (1999) veio a tornar-se um marco na historiografia que estuda o engajamento político e o impacto da produção literária de dois dos principais escritores brasileiros do início do século XX, Euclides da Cunha e Lima Barreto. O historiador demonstra como Lima Barreto, optando por uma escrita que associava o realismo com a sátira, procurou expressar as contradições entre a teoria e a prática das nossas instituições políticas e valores nacionais, observando com perspicácia as incoerências entre o discurso e a prática das nossas relações sociais. Segundo Sevcenko, o escritor carioca construiu suas narrativas sob um tom muitas vezes caricatural da sociedade brasileira, visto que, diante desse descompasso, só os exageros poderiam dar conta da visão de cada lado dessa moeda: ricos e pobres, ou exploradores e explorados. O Brasil seria, assim, “a própria ‘República da Bruzundanga’, ou o ‘Reino de Jambom’, espécies de sociedades bizarras, em que/ os valores e as referências operavam às avessas” (SEVCENKO, 1999, p. 186).

O livro *Os Bruzundangas de 1915,* é uma coletânea de sátiras em que o escritor apresenta uma nação fictícia onde suas instituições políticas são todas corrompidas e sua sociedade é formada por valores perversos e contraditórios. Ou seja, recorrendo à sátira, Lima Barreto procurou expressar como vislumbrava as classes políticas e a sociedade brasileira de sua época. Acreditamos que tal caricatura pode se aproximar de uma historiografia crítica da sociedade brasileira, que também apresenta essas contradições, mas nos termos científicos das suas análises. Mandonismo, paternalismo, patriarcalismo, academicismo e patrimonialismo são alguns dos conceitos utilizados por cientistas sociais que se propuseram a estudar os valores contraditórios da sociedade brasileira. Dessa forma, podemos perceber uma relação de intertextualidade implícita entre a sátira barretiana e a formação política e social do Brasil.

Assim, Lima Barreto apresenta a relação entre o povo da Bruzundanga e sua classe política dirigente:

> O povo tem em parte razão. Os seus políticos são o pessoal mais medíocre que há. Apegam-se a velharias, a coisas estranhas à terra que dirigem, para achar soluções às dificuldades do governo.
> A primeira coisa que um político de lá pensa, quando se guinda às altas posições, é supor que é de carne e sangue diferente do resto da população.
> O valo de separação entre ele e a população que tem de dirigir faz-se cada vez mais profundo.
> A nação acaba não mais compreendendo a massa dos dirigentes, não lhe entendendo estes a alma, as necessidades, as qualidades e as possibilidades (BARRETO, 2013, p. 41-42).

Utilizando-se da sátira para expressar a maneira como enxergava as classes políticas de sua época, Barreto desenvolveu uma crítica sobre a organização política do Estado republicano brasileiro, que era controlado por oligarquias incapazes de entender o seu próprio povo nas suas qualidades e possibilidades. As classes dirigentes seriam, então, incapazes de dialogar e compreender o seu próprio povo, passando assim a julgar-se "de carne e sangue diferente do resto da população". A explicação para esse desencontro entre o Estado brasileiro, poder constituído, e o povo brasileiro, satirizado pelo escritor carioca, será objeto de estudo para historiadores brasileiros interessados em interpretar esse fenômeno. No livro *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, José Murilo de Carvalho (1987) descreve a participação popular no movimento que pôs fim à monarquia e implantou a república em 15 de novembro de 1889:

> O povo assistiu bestializado à proclamação da República, segundo Aristides Lobo; não havia povo no Brasil, segundo observadores estrangeiros, inclusive os bem informados como Louis Couty; o povo fluminense não existia, afirmava Raul Pompéia. Visão preconceituosa de membros da elite, embora progressistas? Etnocêntrica de Franceses? Mais do que isto. A liderança radical do movimento operário também não parava de se queixar da apatia dos trabalhadores, de sua falta de espírito de luta, de sua tendência para a carnavalização das demonstrações operárias, especialmente nas celebrações de 1º de maio. Quando se tratava do próprio carnaval, os anarquistas não hesitavam em usar a expressão forte de Aristides Lobo: a festa revelava, do lado dos participantes, ignorantes e imbecis, do lado dos assistentes, uma turba de bestializados; nos dois casos, um povo incapaz de pensar e de sentir (CARVALHO, 1987, p. 140).

O historiador aponta a percepção, por parte de intelectuais e lideranças do movimento operário, de um aparente vazio de participação popular no movimento que proclamou a república no Brasil: o povo teria assistido a tudo "bestializado". As consequências desse vazio de povo no movimento republicano propiciaram a formação de um Estado forte e autoritário, controlado inicialmente por militares

chauvinistas e depois por elites econômicas apegadas a estrangeirismo, ambos os grupos incapazes de compreender o seu próprio povo. Fundamentando-se no método científico de investigação social, Carvalho (1987) desenvolveu o conceito de "estadania" para explicar as consequências sociais da formação desse Estado republicano apartado da legitimidade popular:

> A reação, pragmática antes que ideológica, a esta situação por parte dos que se viam excluídos do sistema foi o que chamamos de estadania, ou seja, a participação, não através da organização dos interesses, mas a partir da máquina governamental, ou em contato direto com ela. Foi o caso específico dos militares e do funcionalismo em geral e de importantes setores da classe operária. Esta era na verdade uma estratégia generalizada (CARVALHO, 1987, p. 65).

Dessa forma, Carvalho (1987) defende que com o advento da República o Brasil formou uma classe de dirigentes políticos apegados a seus cargos e desprovidos de qualquer senso de responsabilidade e identificação com os problemas reais da sociedade brasileira, pois as possibilidades de ascensão nas carreiras do funcionalismo público passaram a ser vistas como a certeza da conquista de uma existência material tranquila. Como o pré-requisito básico para o exercício da cidadania é a conquista de direitos, foram os funcionários públicos, ligados às diversas estruturas de poder do Estado republicano, os primeiros trabalhadores beneficiados com a conquista de carreiras estáveis e rendimentos salarias melhores do que a média do operariado brasileiro da época.

Sob esse viés, a formação da cidadania no Brasil, em face da realidade do regime republicano iniciado em 1889, foi implantada como uma cidadania em restritivo, pois somente os membros da aristocracia rural, setores militares e do alto funcionalismo público eram capazes de exercer plenos direitos nessa sociedade, aumentando assim o valo de separação entre estes e a massa, o povo. Com a república, o Brasil formou uma geração de dirigentes políticos apegados a seus cargos e desprovidos de qualquer senso de responsabilidade e identificação com os problemas reais da sociedade brasileira.

Nesse contexto, a relação entre Literatura e História, enquanto ciência que estuda o passado, é desenvolvida aqui no sentido de tentarmos perceber como as diferentes narrativas, literárias e históricas, podem dialogar na tentativa de construção de uma memória em disputa sobre o passado de uma nação. Dessa forma, podemos inferir permanências entre a crítica implícita apresentada através de um texto ficcional publicado em 1923, contra os poderosos e a forma de organização

do regime republicano no Brasil, e a análise de um texto acadêmico desenvolvido por um historiador e publicado em 1987. Acreditamos que esse diálogo pode ser bastante enriquecedor, principalmente quando levado para a sala de aula, pois pode ajudar os estudantes a refletirem sobre o quão interessante pode ser olhar o mundo sob as lentes particulares de um determinado escritor e descobrir em que medida essas lentes podem servir para interpretar determinada realidade política e social contemporânea.

Nesse sentido, seguiremos na tentativa de atualização da sátira barretiana, procurando entender como o escritor caracterizava a “nobreza da Bruzundanga” e como tal caracterização dialoga com algumas análises históricas e sociológicas, posteriores à data de publicação dos seus escritos sobre a formação das elites brasileiras frente aos novos ideais implantados junto com a república de 1889. Barreto assim descreve a formação da nobreza na República da Bruzundanga:

> A nobreza da Bruzundanga se divide em dois grandes ramos. Talqualmente como na França de outros tempos, em que havia a nobreza de Toga e a de Espada, na Bruzundanga existem a nobreza doutoral e uma outra que, por falta de nome mais adequado, eu chamarei de palpite.
> A aristocracia doutoral é constituída pelos cidadãos formados nas escolas, chamadas superiores, que são as de medicina, as de direito e as de engenharia. Há de parecer que não existe aí nenhuma nobreza: que os cidadãos que obtêm títulos em tais escolas vão exercer uma profissão como outra qualquer. É um engano. Em outro qualquer país, isto pode se dar; na Bruzundanga não (BARRETO, 2013, p. 31).

Como podemos notar, a sátira de Lima Barreto aponta para a formação de uma “aristocracia doutoral” composta somente por homens formados nas escolas superiores de sua época. O título obtido em uma das três faculdades citadas pelo escritor seria então a garantia de uma série de privilégios, prestígios e considerações sociais, pois na Bruzundanga a titulação obtida não era vista apenas como a certificação dada a um profissional que foi capacitado para o exercício de uma determinada função, mas sobretudo como símbolo de distinção social dada a indivíduos que, em muitos casos, nem sequer chegavam a exercer a função para a qual foram formados e ainda assim tinham garantida uma existência material tranquila com gordas remunerações.

No Brasil do início do século XX, o mais comum a se fazer entre os profissionais formados em alguma das poucas faculdades existentes no período era logo procurar ingressar em alguma função dentro dos quadros da burocracia estatal. Assim, a formação da nossa academia composta por homens ilustres e letrados

estará diretamente veiculada aos interesses governistas e estatais. Segundo Silva (2006):

> [...] Ser bacharel significava ser um membro da administração do Estado ou ser um político de prestígio nas províncias. Portanto, o magistrado em direito ocupava posições-chave tanto no poder executivo, quanto no legislativo e naturalmente no judiciário, além de estar próximo ao imperador (poder moderador) através do Conselho de Estado. (SILVA, 2006, p. 35).

A inclinação geral dos nossos bacharéis para o exercício das profissões ligadas à administração do Estado irá implicar, dentre outras coisas, em uma produção científica duplamente legitimada por esses homens: primeiro pelo título, elemento representativo da aprendizagem de um método e rigor necessários para a elaboração de um trabalho científico, e segundo, pelo espaço de poder que estes ocupavam dentro da burocracia estatal. O nosso bacharelismo, em fins do século XIX, possibilitou a formação de intelectuais orgânicos preocupados com a resolução dos problemas técnico-administrativos da função que desempenhavam e, portanto, com a manutenção da ordem instituída.

Desta forma, a comparação em tom satírico que Lima Barreto faz entre os nossos bacharéis e uma suposta nobreza não é completamente descabida se levarmos em consideração a série de vantagens que tal título poderia proporcionar aos indivíduos, possibilitando-lhes uma existência tranquila em relação à aquisição de bens materiais, o que significava grande vantagem em um país ainda pouco industrializado como o Brasil, no início do século XX, com altos índices de miséria, analfabetismo e baixos salários pagos pelo mercado privado. Holanda (1995) assim comenta sobre a nossa aristocracia doutoral:

> [...] A dignidade e importância que confere o título de doutor permitem ao indivíduo atravessar a existência com discreta compostura e, em alguns casos, podem libertá-los da necessidade de uma caça incessante aos bens materiais, que subjuga e humilha a personalidade. Se nos dias atuais o nosso ambiente social já não permite que essa situação privilegiada se mantenha cabalmente e se o prestígio do bacharel é sobretudo uma reminiscência de condições de vida material que já não se reproduzem de modo pleno, o certo é que a maioria, entre nós, ainda parece pensar nesse particular pouco diversamente dos nossos avós (HOLANDA, 1995, p. 157).

A crítica feita por Lima Barreto, através da sua literatura, também ia no sentido de apontar como que os ideais da meritocracia e do produtivismo, típicos das instituições burguesas, foram substituídos no Brasil pelo corporativismo da organização estatal e pelo pedantismo de intelectuais ligados a políticos com baixíssimo espírito público para o desenvolvimento da nação. A caricatura do típico bacharel da primeira república pode ser representada através das ações do Dr.

Armando Borges, esposo de Olga, personagem do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* de 1915:

> A sala da frente do alto porão tinha sido transformada em biblioteca. As paredes estavam forradas de estantes que gemiam ao peso dos grandes tratados. À noite, ele abria as janelas das venezianas, acendia todos os bicos-de-gás e se punha à mesa, todo de branco com um livro aberto sob os olhos.
> O sono não tardava a vir ao fim da quinta página... Isso era o diabo! Deu em procurar os livros da mulher. Eram romances franceses, Goucourt, Anatole France, Daudet, Maupassant, que o faziam dormir da mesma maneira que os tratados. Ele não compreendia a grandeza daquelas análises, daquelas descrições, o interesse e o valor delas, revelando a todos, à sociedade a vida, os sentimentos, as dores daqueles personagens, um mundo! O seu pedantismo, a sua falsa ciência e a pobreza de sua instrução geral faziam-no ver, naquilo tudo, brinquedos, passatempos, falatórios, tanto mais que ele dormia à leitura de tais livros.
> Precisava, porém, iludir-se, a si mesmo e à mulher. De resto, da rua, viam-no e se dessem com ele a dormir sobre os livros?!... Tratou de encomendar algumas novelas de Paulo de Kock em lombadas com títulos trocados e afastou o sono (BARRETO, 2019, p. 138-139).

Por assim dizer, o que conferia a Armando Borges o seu prestígio social era a sua origem aristocrática e o seu diploma de Bacharel, não o seu real interesse pelos estudos ou coisas da ciência, que nele eram tidas como superficiais ou ingênuas. Assim, Barreto se posicionava contra o culto sacralizado da diplomação, que para ele não era sinônimo de domínio do conhecimento ou de obtenção de um espírito mais elevado em relação às coisas das ciências. Nesse sentido, o escritor carioca se posicionava a favor da formação de intelectuais humanistas e autodidatas, engajados nas questões sociais de sua época.

Para melhor entendermos as motivações que levaram a escrita de Lima Barreto e seus posicionamentos em relação às questões políticas e sociais de sua época, precisamos entender aspectos da sua vida pessoal que estão diretamente ligados à produção e à difusão dos seus escritos. Nesse sentido, podemos descobrir que o autor até que tentou se inserir no círculo desses pedantes homens das letras, que ele tanto ironizou nas suas obras[3], mas a rejeição obtida acabou se transformando em um estímulo para que o literato continuasse investindo na consolidação da sua própria identidade de escritor, que hoje poderíamos chamar de "marginal".

Lima acreditava no potencial da sua literatura como elemento crítico capaz de engajar leitores e escritores em torno de um projeto contrário aos desmandos das

[3] As suas três tentativas de ingressar na Academia Brasileira de Letras, ou as tentativas de participar da Academia dos Novos (1911), ou a Sociedade dos Homens de Letras (1914), demonstram as suas expectativas perante a aceitação desses círculos de homens letrados.

elites nacionais apegadas a uma mentalidade colonial de matriz europeia, que desprezava as potencialidades do seu próprio povo. Prova disso foi a publicação do seu romance de estreia na literatura nacional, *Recordações do escrivão Isaias Caminha*, publicado em 1909. Esse livro expõe uma crítica radical à mediocridade e à hipocrisia de uma sociedade conservadora e racista no início do século XX, na capital federal, Rio de Janeiro. Isaias Caminha era um menino pobre que sonhou em ser doutor e foi para a capital estudar, mas, chegando lá, deparou-se com uma sociedade que lhe fechava todas as portas devido à sua cor e à sua origem social. Tendo frustrados os seus sonhos iniciais de ser doutor, teve que se contentar inicialmente com um emprego de repórter em um jornal para não morrer de fome, profissão que ele odiava e atacava ao longo de toda a narrativa, terminando como escrivão de uma coletoria no fim da história. Essa história é muito semelhante à do próprio Lima Barreto que teve que largar os estudos na escola politécnica devido à doença do pai, para servir de arrimo de família amargando um enfadonho emprego de amanuense em uma repartição pública, frustrando assim seus sonhos iniciais de ser doutor.

Para tratar sobre os problemas políticos mais relevantes da sua época, Lima Barreto optou por um tipo de escrita que mesclava realismo com sátira (OLIVEIRA, 2010). Tal tipo de escrita acabou contribuindo para que a sua primeira obra publicada tivesse uma péssima recepção entre os círculos letrados da capital federal, pois mesmo com a tentativa do escritor de usar pseudônimos, sua prosa livre e direta, associada à crítica mordaz contra os literatos e jornalistas do Rio de Janeiro, deixava poucas dúvidas para os críticos e leitores mais atentos sobre quem Lima Barreto estava se referindo em seu romance.

> Recordações saiu em 1909 e recebeu uma crítica impiedosa, que o acusou de ser um romance *à clef*, isto é, muito influenciado pela experiência pessoal do autor e, portanto, carente de imaginação: Se o leitor tivesse a chave em suas mãos, não demoraria a identificar as personagens reais ocultas por detrás da ficção (SCHWARCZ, 2017, p. 394).

Em seu diário íntimo, Lima Barreto registrou, em 1903, a sua intenção de escrever a “História da escravidão negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade”[4] Tal projeto acabou sendo abortado pelo escritor, porém sua literatura acabou expressando essa intencionalidade inicial, uma vez que seus escritos passaram a representar muitos dos problemas enfrentados pela população

[4] BARRETO, Lima. Diário íntimo: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 33.

negra no Brasil do início do século XX. Dessa forma, o entendimento do conceito de "representação" apresentado na obra de Roger Chartier (1988) nos ajudou a perceber as escolhas narrativas feitas pelo escritor carioca como relacionadas aos seus objetivos de legitimar uma determinada imagem sobre o Brasil e a população afro-brasileira de sua época.

> As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrência e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 1988, p. 17)

Assim as *memórias do escrivão Isaías Caminha* representam as próprias memórias de Lima Barreto em reação aos discursos racistas de sua época, pois Afonso Henriques, e *Isaías Caminha*, vão sentir na pele as dificuldades que pretos e mestiços terão que encarar na busca da construção da sua cidadania, no momento histórico em que o autor viveu e criou seus personagens. Nesse sentido, podemos perceber que de alguma forma o seu romance é a continuidade do projeto inicial expresso pelo escritor em seu *diário íntimo,* pois:

> [...] A motivação da escrita das *Recordações*, declarada num texto inicial chamado "Breve notícia", é desmentir a tese lida em um artigo de revista, segundo a qual os mulatos, mesmo quando tinham um começo de vida promissor, terminavam por fracassar, devido à falta de energia característica da raça. Isaías, ele mesmo afetado por tal prognóstico, resolve contar sua história para mostrar que tais insucessos não se deviam a fatores fisiológicos ("não estava em nós, na nossa carne, no nosso sangue"), mas a constrangimentos sociais. A intenção, portanto, era mostrar que a responsabilidade do fracasso estava na sociedade e não no indivíduo (OLIVEIRA, 2010, p. 84).

A ação do personagem criado por Lima Barreto, de se propor a escrever suas memórias em reação aos discursos racistas do autor de um artigo escrito em uma revista de circulação nacional, demonstra o caráter da sua escrita preocupada em tratar sobre "as grandes questões do seu tempo". Lima Barreto fez de sua escrita um instrumento militante contra o preconceito e a discriminação da qual ele foi vítima. Em contraposição às teorias raciais em voga na sociedade de sua época, o autor defendia uma espécie de igualdade entre os "homens de letras" pregando, em certa medida, um discurso do mérito em oposição à mediocridade e arrivismo da sociedade republicana (SCHWARCZ, 2010).

A abolição da escravidão, que ocorrera um ano antes da Proclamação da República, certamente não pôs fim às velhas estruturas patriarcais e latifundiárias do império. Dessa forma, a visão do negro associada à escravidão, ainda presente na sociedade, contribuía para a construção de visões estereotipadas desses indivíduos recém-libertos do cativeiro, ao mesmo tempo em que se tinha uma enorme luta desses trabalhadores por conquistas de espaços nesse mercado de trabalho assalariado e competitivo.

Lima Barreto, ao frequentar os estudos na Escola Politécnica no Rio de Janeiro, entre 1897 a 1902, passou a representar as expectativas da sua família em relação à ascensão social a partir do estudo e do trabalho. Assim, o seu Isaías Caminha expressou as enormes expectativas que o mesmo nutria em relação à obtenção do título de doutor:

> Ah! Seria doutor! Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde, amaciaria o suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor... Nas dobras do pergaminho da carta, traria presa considerações de toda a gente. Seguro do respeito à minha majestade de homem, andaria com ela mais firme pela vida em fora. Não titubearia, não hesitaria, livremente poderia falar, dizer bem alto os pensamentos que se estorciam no meu cérebro (BARRETO, 1998, p. 17).

No entanto, os estudos na Politécnica, para se formar engenheiro, não saíram bem como planejado, pois o jovem estudante Lima Barreto, sem muitos recursos financeiros, logo deve ter percebido as dificuldades que os que advinham da sua cor e classe social tinham que enfrentar para obter o tão sonhado título de doutor. Some-se a isso o fato de a doença mental do pai ter desestabilizado as frágeis finanças da família, proveniente dos setores médios urbanos, fazendo com que Lima tivesse que largar os estudos na Politécnica para sustentar os seus familiares com os módicos rendimentos obtidos na função de amanuense na Secretaria da Guerra.

Podemos concluir que Lima Barreto tentou expressar, através da sua literatura, as dificuldades que homens negros ou mestiços, oriundos das camadas populares, encontravam para conquistar espaço e obter cidadania na sociedade brasileira do início do século XX, com valores e instituições sociais herdeiras do colonialismo europeu nas Américas, sendo uma das suas principais a escravidão. Assim, apesar da dedicação e da admiração que autor e personagem se orgulhavam de ter em relação às coisas das ciências ou da literatura, isso não era o suficiente para a obtenção do sucesso e reconhecimento nessa sociedade, pois ambos não

possuíam o "capital cultural de relações pessoais"[5] suficiente para que suas ideias fossem reconhecidas pelos círculos de acadêmicos ou literatos mais influentes de sua época.

1.2. O confronto: Lima Barreto e a construção de um projeto de nação para o Brasil

No livro *O espetáculo das raças*, Lilia Schwarcz (1993) explica sobre como a destruição do escravismo, iniciado no Brasil com a aprovação da Lei do Ventre Livre, em 1871, associado à ausência de instituições políticas nacionais que lograssem a inserção da população afrodescendente (ou escravizada descendente) na sociedade brasileira, contribuiu para a afirmação de uma ideologia racial que tentou construir algum sentido de hierarquia para a sociedade brasileira. Assim, o período entre 1870 e 1930 foi marcado pela ascensão da ideologia do *liberal racismo* na sociedade brasileira. Tal ideologia, ao mesmo tempo em que defendia o trabalho individual, o produtivismo, o domínio da técnica e das ciências, condenava o Brasil ao fracasso por ter uma população predominantemente mestiça, que seria incapaz de construir qualquer sentido de identidade para unir o País. Assim, Lilia Schwarcz apresenta dados para confirmar a tese da miscigenação ou mestiçagem no Brasil como entrave para o desenvolvimento:

> Nos jornais, nos censos, os dados quantitativos reafirmavam as apreensões teóricas. Enquanto o número de cativos reduzia-se drasticamente – em 1798, a população escrava representava 48,7%, ao passo que em 1872 passava a 15,2%, a população negra e mestiça tendia a progressivamente aumentar, correspondendo, segundo o censo de 1872, a 55% do total. Nessa mesma ótica, os dados de 1890 tornavam-se ainda mais aterradores. Ou seja, se na Região Sudeste (devido, sobretudo, ao movimento imigratório europeu) a população branca predominava – 61% –, já no resto do país a situação se invertia, chegando os mestiços a totalizar 46% da população local. (1993, p. 13)

Sendo o Brasil um país "tipicamente miscigenado", qual seria então a identidade nacional de um país formado por um povo tão misturado? Para responder a essa pergunta, precisamos primeiro entender que o termo "raça" utilizado aqui não será associado apenas a atributos físicos ou biológicos, como defendiam cientistas no século XIX, mas também a atributos culturais que se relacionam com a construção de valores obtidos através da convivência entre indivíduos pertencentes a determinados grupos sociais ou econômicos marginalizados. Nesse sentido, a ideia da mestiçagem existente no Brasil era vista por vários cientistas, naturalistas e

[5] Ver: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

antropólogos, que se debruçavam sobre o tema no final do século XIX e início do século XX como um problema que precisava ser superado e um dos principais entraves que impediam o desenvolvimento da nação:

> Observado com cuidado pelos viajantes estrangeiros, analisado com ceticismo por cientistas americanos e europeus interessados na questão racial, temido por boa parte das elites pensantes locais, o cruzamento de raças era entendido, com efeito, como uma questão central para a compreensão dos destinos dessa nação (SCHWARCZ, 1993, p. 13).

O debate racial que ocorria no Brasil na época em que Lima viveu e publicou seus escritos se dava principalmente em torno dos "perigos" que a mestiçagem poderia representar para a jovem nação brasileira, e de como esse "vício" estava corrompendo toda a sua população, criando-se assim uma ideologia para justificar a desigualdade e a necessidade de uma hierarquia social calcada no empoderamento das raças laboriosas (raça branca ou indo-europeia).

Assim, essa incoerência entre as expectativas raciais de uma elite, que chegou a apoiar a imigração europeia sob o discurso de promover um "branqueamento" da sua população, e a realidade étnico-racial vivenciada no Brasil, levou o escritor carioca a satirizar tal inconsistência programática da nação. O personagem Isaías Caminha, ao chegar ao Rio de Janeiro, mesmo sendo um mulato que se contrapõe ao racismo através da publicação das suas memórias, satiriza o comportamento de homens que tinham ascendido socialmente aderindo ao comportamento arrivista e pedante, típico das classes dirigentes. Ao descrever a mesquinha figura do jovem jornalista Raul Gusmão, o autor constrói uma caricatura associando o personagem a animais, conforme o grau de corrupção física, moral e mental que ele desejava expressar:

> Mal saiu, pedi pormenorizadas informações ao Laje da Silva. Nos confins da minha aldeia natal, eu não podia adivinhar que o Rio contivesse exemplar tão curioso do gênero humano, uma desencontrada mistura de porco e de símio adiantado, ainda por cima jornalista ou coisa que o valha, exuberante de gestos inéditos e frases imprevistas. Laje da Silva, porém, só sabia que ele tinha a *Aurora* à sua disposição, jornal muito lido e antigo, respeitado e que, no tempo do império, derrubou mais de um ministério (BARRETO, 1998, p. 27).

Dessa forma, em contraposição às teorias raciais em voga na sociedade da época, Lima Barreto constrói sua sátira da sociedade brasileira a partir da inversão da lógica de classe: o povo brasileiro era forte e criativo, mas suas elites eram corruptas e degeneradas física, moral e mentalmente. Utilizando-se da caricatura, Lima também procurou expressar as incoerências entre o discurso e a prática das

nossas relações sociais, pois a caricatura, ao exagerar traços de uma dada realidade ou de sujeitos, permite revelar os defeitos e expor as deformações que despertam o desprezo geral.

Outro romance de Lima Barreto que tematiza a questão nacional é *Triste fim de Policarpo Quaresma,* publicado inicialmente no formato de folhetim, em 1911, pelo *Jornal do Comércio* e que narra os ideais e as frustrações de um funcionário público de repartição no final do século XIX. Quaresma é um homem metódico, nacionalista fanático, intransigente e com ideias que desafiavam seu tempo. Descrito por seus inimigos como um visionário, o personagem morre por não se calar diante da percepção da corrupção que permeava a política de sua época. A decepção do personagem perante seu desfecho se dá pela constatação da formação de uma sociedade que transforma corruptos e covardes em heróis nacionais. Em *Triste fim de Policarpo Quaresma,* Lima mistura ficção com realidade ao ambientar a trama em fatos históricos, ao mesmo tempo em que levanta a "questão da nação" como tema principal a ser desenvolvido:

> Em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Lima, apresentou relações intertextuais com uma série de narrativas literárias e históricas que serviam de referência para a vertente nacionalista que procurava superar o determinismo pessimista do cientificismo, valorizando a natureza exuberante, os recursos naturais abundantes e a grandeza do território como sinais do futuro grandioso da nação: o ufanismo (NORONHA, 2019, p. 136).

Na ação visionária de Policarpo Quaresma, ao enviar ao Congresso Nacional uma petição na qual solicita que o mesmo decrete o tupi-guarani como língua oficial do povo brasileiro (Ver Anexo A), fica implícito na leitura da petição a ideia de que a língua portuguesa é "emprestada" ao Brasil pelo fato de os primeiros habitantes destas terras já falarem outros idiomas antes dos portugueses virem até aqui "emprestar" o seu. Dessa forma, a emancipação política do Brasil, que há quase um século se separara de Portugal, também passava pela emancipação idiomática, sendo o tupi-guarani uma língua nativa capaz de construir uma identidade própria para o povo brasileiro.

A posição de Quaresma na literatura brasileira pode ser entendida como uma espécie de mistura entre um "indianismo tardio" com um "nacionalismo moderno", pois Lima resgata, através da ação do seu personagem, a figura mitificada do índio do Romantismo, que tratava os silvícolas como os legítimos representantes da cultura nacional, ao mesmo tempo em que fortalece a ideia de um nacionalismo

republicano, ao defender a ideia da afirmação da soberania política do Brasil através da sua soberania idiomática.

Sob uma ótica incontestável, a sátira barretiana contribui para a construção da ridicularização da proposta do personagem devido à reação de zombaria dos parlamentares que não levam a mesma a sério.

> O burburinho e a desordem que caracterizam o recolhimento indispensável ao elevado trabalho de legislar não permitiram que os deputados o ouvissem; os jornalistas, porém, que estavam próximo à Mesa, ao ouvi-lo, prorromperam em gargalhadas, certamente inconvenientes à majestade do lugar. O riso é contagioso. O secretário, no meio da leitura, ria-se, discretamente; pelo fim, já ria-se o presidente, ria-se o oficial da ata, ria-se o contínuo – toda a Mesa e aquela população que a cerca riram-se da petição, largamente, querendo sempre conter o riso, havendo em alguns tão franca alegria que as lágrimas vieram (BARRETO, 2019, p. 54).

Em consideração à proposta, podemos perceber que a língua, que de fato era utilizada pela maioria dos viventes nestas terras durante o período colonial, até por volta do século XVIII, era a língua oficial, costumeiramente imposta pelos grupos dominantes, chamada pelos portugueses de *língua geral*[6], utilizada fundamentalmente para a comunicação com os indígenas, os quais ainda eram bastante numerosos, além de serem os que de fato conheciam as terras e as riquezas da região, sendo, portanto, estratégico o conhecimento da sua língua pelos portugueses interessados em enriquecer na colônia.

No século XVIII, com a descoberta das minas gerais e de uma incomum imigração de portugueses para o Brasil, houve um recuo da língua geral. Em 1757, o Marquês de Pombal proibiu oficialmente o uso dessa língua no Brasil e obrigou o uso da língua portuguesa. Essa homogeneização linguística se constituía em uma das formas mais eficazes para a construção dos estados nacionais, sobretudo em regimes autoritários e absolutistas, como no caso de Portugal. O preconceito contra as formas de expressão das classes populares representa um enérgico instrumento de legitimação ideológica da exploração desses segmentos pelas classes dominantes, que passam a impor o seu modelo de língua como o mais perfeito e universal.

A adoção do modelo da língua de Portugal teve graves implicações para a normatização linguística do Brasil. Por isso, é comum ouvirmos no presente declarações como: “o português é uma língua complexa”, ou “o brasileiro não sabe

[6] De acordo com Teyssier (1997, p. 62), a língua geral era um tupi simplificado, gramaticalizado pelos jesuítas e, assim, tornado uma língua comum.

falar português". Isso acontece porque, ao adotar esse modelo, a gramática tradicional brasileira passou a determinar como os brasileiros deveriam escrever, ou até mesmo falar, com a sintaxe portuguesa, o que é inexequível, pois a língua não parou de mudar, tanto lá, quanto cá, em um processo que, muitas vezes, toma direções diferentes, ou até contrárias, em cada lugar. Nesse sentido, podemos perceber que a língua reproduz o modelo cultural de um grupo dominante em uma sociedade. No caso do Brasil, a norma linguística padrão na atualidade ainda reproduz a norma de uso de Portugal, representando assim o gosto de uma elite branca dominante e colonizada[7].

Dessa forma, podemos refletir sobre a proposta de Policarpo como fruto da ação "visionária" do seu criador, pois, se compararmos com a aplicação no mundo real, em países de composição étnica variada como o Brasil, podemos notar que a presença de uma, ou até mais de uma língua nacional oficial é algo completamente exequível e tem sua formação a partir das disputas por afirmação entre os grupos étnicos que compõem esses países. Exemplos disso são a Suíça, com quatro línguas nacionais registradas, a África do Sul, com 10 idiomas, ou o Paraguai, com duas línguas oficiais (castelhano e guarani). Sob esse ponto de vista, a proposta não parece ser completamente inusitada e poderia até ter sido perfeitamente aplicável no mundo real, mas a reação dos congressistas, não levando tal proposta a sério, é perfeitamente coerente. A cena poderia ser reproduzida no mundo real, pois que outra reação poderia ter um Congresso Nacional formado por latifundiários e antigos proprietários de escravos que historicamente invadiram as terras e assassinaram os povos originários do Brasil? Não há indícios históricos que possam nos levar a crer que o nosso parlamento, do passado ou do presente, pudesse reagir de forma positiva diante de tal proposta durante a Primeira República ou na República atual.

Como já ressaltado aqui, um dos temas centrais da narrativa em *Triste fim de Policarpo Quaresma* é o nacionalismo ufanista do personagem principal. Por tratar-se de uma narrativa construída em terceira pessoa em que no transcorrer da obra ocorre a articulação de duas vozes principais, a do narrador e a do protagonista, podemos notar que, em certos momentos da história, o pensamento de ambos se antagoniza, como no momento em que Policarpo apresenta o seu "entusiasmo" sobre a figura de Floriano Peixoto:

[7] *O prestígio social é o que determina a língua padrão*, ensaio de autoria de Ana Germana Pontes Rodrigues, escrito para a disciplina Tópicos especiais em Lexicologia: descrição do léxico sob as perspectivas sincrônica e diacrônica, da Universidade Estadual do Ceará, em 2011.

> O seu entusiasmo por aquele ídolo político era forte, sincero e desinteressado. Tinha-o na conta de enérgico, de fino e supervidente, tenaz e conhecedor das necessidades do país, manhoso talvez um pouco, uma espécie de Luís XI forrado de um Bismarck (BARRETO, 2019, p. 150).

No entanto, na sequência o narrador apresenta o "real caráter" da figura de Floriano Peixoto:

> Entretanto, não era assim. Com uma ausência total de qualidades intelectuais, havia no caráter do Marechal Floriano uma qualidade predominante: tibieza de ânimo; e no seu temperamento, muita preguiça. Não a preguiça comum, essa preguiça de nós todos; era uma preguiça mórbida, como que uma pobreza de irrigação nervosa, provinda de uma insuficiente quantidade de fluido no seu organismo. Pelos lugares que passou, tornou-se notável pela indolência e desamor às obrigações dos seus cargos (BARRETO, 2019, p. 150)

Dessa forma, acreditamos que através desse contraste fica nítida a posição crítica do autor em relação à figura política do Marechal Floriano Peixoto e seu papel nos episódios relacionados à proclamação da república e à formação do novo regime constitucional.

Como cenário do seu romance, Lima Barreto apropriou-se dos desdobramentos do movimento iniciado no dia 15 de novembro de 1889, que proclamou a república através de um golpe militar e deu início, após a promulgação da primeira constituição da República no Brasil (1891), a uma série de conflitos entre o executivo e o legislativo nacional, que levaram à deposição do presidente militar eleito Deodoro da Fonseca (1889-1891) e à ascensão do vice Floriano Peixoto (1891-1894). O governo deste foi marcado pela oposição das oligarquias estaduais, que contestavam a constitucionalidade e as medidas centralizadoras tomadas pelo mesmo. Após um período de instabilidade com vários conflitos armados violentos, Floriano consolida a república, que posteriormente passou a ser dominada por um esquema político-eleitoral arquitetado durante o governo do presidente Campos Sales (1898-1902) que ficou conhecido como política dos governadores.[8]

Em 1911, quando *Triste fim de Policarpo Quaresma* foi publicado pela primeira vez, o domínio das oligarquias sobre o sistema político republicano já era completo, solapando qualquer possiblidade de oposição e pervertendo o sentido de democracia e cidadania geralmente associadas a esse regime, pois a corrupção, o coronelismo e o voto de cabresto passaram a ser a regra desse sistema eleitoral. Nesse contexto, Lima Barreto produziu a sua literatura, na tentativa de expressar e ao mesmo tempo denunciar os conflitos inerentes a essa sociedade, pois esse era o

[8] Ver: Faoro, Raimundo. *Os donos do poder.* Porto Alegre: Globo, 1979.

grande ideal da literatura engajada produzida pelo autor: demonstrar o que seria o Brasil sob a ótica das suas desigualdades, através da construção de uma caricatura que pudesse justamente expressar o peso dessas contradições na construção do Estado nacional. Assim, a “tibieza de ânimo” estrutural do caráter de Floriano Peixoto, representava a própria fraqueza moral do movimento político que ele representava associado ao *zeitgeist* dos primórdios da república no Brasil.

A crise política e econômica que se instaurou no Brasil após a proclamação da República criou a necessidade de um reordenamento das relações sociais de poder. A antiga aristocracia senhorial do Império, que tinha os seus privilégios reconhecidos pelas seculares relações patrimonialistas de ordem de nascimento ou grupo familiar, vê em poucos anos o seu nome e brasão equiparados ao ideal do burguês empreendedor e competitivo advindo das mais diversas camadas sociais. O espírito liberal da República criava a necessidade da construção de novos valores simbólicos de distinção social, se o nome da família e o título de nobreza da época do império não eram mais suficientes para a demarcação da posição de poder na sociedade, a ostentação material e o ideal cosmopolita respondiam a essas novas necessidades. Nas palavras do historiador Nicolau Sevcenko:

> No decorrer do processo de mudança política, os cargos rendosos e decisórios – antigos e novos – passaram rapidamente para as mãos desses grupos de recém-chegados à distinção social, premiados com as ondas sucessivas e fartas de “nomeações”, “favores”, “privilégios” e “proteções” do novo governo. O revezamento das elites foi acompanhado pela elevação do novo modelo do burguês argentário como o padrão vigente do prestígio social. Mesmo os gentis-homens remanescentes do império, aderindo à nova regra, “curvam-se e fazem corte ao burguês plutocrata”. Era a consagração olímpica do arrivismo agressivo sob o pretexto da democracia e triunfo da corrupção destemperada em nome da igualdade de oportunidades. (SEVCENKO, 1999, p. 38)

O período situado entre a proclamação da República no Brasil (1889) e as primeiras décadas do século XX marcou profundas mudanças na sociedade brasileira, não só devido à mudança de regime político, do Império para a República, mas em decorrência das transformações de aspectos culturais e valores econômicos que repercutiram nacionalmente e criaram novas necessidades em todos os setores da vida brasileira. Assim, podemos constatar que a literatura produzida por Lima Barreto foi profundamente marcada pela questão da construção da nacionalidade brasileira, que ganhava novos contornos com os movimentos políticos econômicos e culturais de sua época.

Capítulo 2 – A literatura de Lima Barreto e o ensino de História do Brasil

No capítulo anterior, procuramos demonstrar como os escritos literários de Lima Barreto dialogam com uma historiografia crítica sobre o período da primeira república no Brasil, pois a narrativa ficcional do escritor é repleta de representações históricas que apresentam as concepções de mundo por parte do autor a partir do seu engajamento nas questões políticas, sociais, culturais e econômicas de sua época. Nesse sentido, podemos encontrar uma aproximação entre a prosa livre do escritor, em diferentes gêneros textuais, e as análises de historiadores que elaboraram seus escritos seguindo um método científico de investigação. Notamos, assim, que Clio e Calíope[9] se abraçam e desejam ficar juntas, mesmo quando muitos dos que assistem a esse abraço fraternal entre irmãs desejem fortemente a sua separação.

> Do que foi exposto acima, podemos afirmar que Lima via como necessária a ampliação das fontes, incluindo aí a memória oral, e explicitava a dimensão política da escrita da história, principalmente as bases do conhecimento científico que norteavam o pensamento de muitos intelectuais, o qual promovia a exclusão dos negros da narrativa bem como se mostrava distanciado da realidade nacional. (NORONHA, 2019, p. 81)

Assim, acreditamos ser necessário o desenvolvimento de uma breve reflexão em termos de epistemologia da história, para que possamos explicitar melhor quais os pressupostos teóricos e metodológicos que embasam a nossa teoria do conhecimento.

Na atualidade, com o alargamento das fontes a serem passíveis de uso pelo historiador, afirmar que a literatura pode ser utilizada como uma fonte histórica já não causa mais tanta polêmica como em décadas anteriores. No entanto, foram muitas as disputas e os embates conceituais que se desenrolaram, principalmente a partir da segunda metade do século XX, que merecem ser aqui brevemente historicizados no sentido de nos possibilitar uma reflexão mais sensata sobre o ofício do historiador e o campo de análise e legitimidade da sua disciplina.

A partir da segunda metade do século XIX, no contexto de avanço do cientificismo e da expansão imperialista das nações europeias, a História, enquanto disciplina, também irá buscar o seu *status* científico. Para tanto, com a intenção de

[9] Clio e Calíope são duas musas gregas, filhas de Zeus e Mnemósine. Clio é a musa da história, enquanto Calíope é a musa da poesia épica e da eloquência.

assegurar a autenticidade documental da pesquisa histórica e a noção de verdade presente no discurso científico, os pesquisadores irão construir a ideia de fonte como algo oficial, principalmente as escritas e produzidas pelo Estado, como algo verdadeiro e necessário para a construção da ideia de prova do discurso do historiador. Nesse contexto, os textos literários, assim como outras fontes artísticas, não eram considerados documentos capazes de atestar a verdade histórica.

No século XX, os historiadores, influenciados pelo movimento de renovação historiográfica preconizado na França, mas com repercussões em vários outros países, irão questionar o conceito de fonte, contrapondo-se à historiografia político-factual da escola metódica, orientando seus estudos no sentido de interpretar a complexidade da existência humana nos seus amplos aspectos culturais, sociais e econômicos. Esse novo movimento de historiadores, influenciados pelas publicações da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale,* fundada em 1929 por Lucien Febvre e March Bloch (FERREIRA, 2011, p. 63), irá colocar em pauta a "história-problema", incorporando o saber interpretativo de outras áreas do conhecimento e consequentemente a utilização de novas fontes de pesquisa, não mais limitadas aos documentos políticos oficiais.

Desde a década de 1970, uma nova geração de historiadores franceses responsabilizou-se por instituir de vez a noção de alargamento das fontes, dos problemas, dos objetos e das abordagens da disciplina. As obras de Jacques Le Goff e Pierre Nora (1992) irão influenciar toda uma geração de historiadores, que irão derrubar de vez a noção de documento como expressão pura e simples da verdade, mas como um monumento ou expressão artística de uma determinada sociedade limitada no tempo e no espaço (FERREIRA, 2011).

As discussões historiográficas mais recentes têm polemizado sobre quais seriam os limites entre história e literatura, a ponto de alguns trabalhos apontarem para a perspectiva de fusão entre estas como expressões artísticas e intelectuais de uma época (FERREIRA, 2011). A ideia defendida é de que todo trabalho historiográfico também é fundamentado em uma narrativa que é eivada de subjetividade na análise documental feita pelo pesquisador. Partindo para uma argumentação linguística, muitos pesquisadores irão questionar os limites convencionais entre esses dois campos intelectuais, levando a um relativismo e a uma desconstrução, característicos do ambiente intelectual pós-moderno que se institui a partir do final do século XX.

Neste sentido, a narrativa histórica construída pelo historiador, a partir das suas fontes, também adotaria pressupostos próprios da ficção, na medida em que este analisaria suas fontes, dando sentido ao passado, a partir de um lugar temporal e socialmente constituído. Nessa perspectiva, Chalhoub (1998) reflete sobre a legitimidade da narrativa histórica sob a ótica da história social:

> [...] A questão central não é o caráter manifestamente ficcional ou não de determinado testemunho histórico, mas a necessidade de destrinchar sempre a especificidade de cada testemunho. Assim, por exemplo, ao historiador resta descobrir e detalhar com igual afinco tanto as condições de produção de uma página em livro de atas, ou de um depoimento em processo criminal, quanto as de um conto, crônica ou outra peça literária. Cabe o mesmo interrogatório sobre as intenções do sujeito, sobre como este representa para si mesmo a relação entre aquilo que diz e o real, cabe desvendar aquilo que o sujeito testemunha sem ter a intenção de fazê-lo, investigar as interpretações ou leituras suscitadas pela intervenção (isto é, a obra) do autor; enfim, é preciso buscar *a lógica social do texto.* (CHALHOUB, 1998, p. 8)

Como qualquer outra fonte histórica, os registros literários são datados e portadores de uma historicidade representativa do momento em que foram produzidos. As obras de ficção não são isentas de uma determinada lógica social na elaboração do seu texto, tampouco as narrativas construídas pelos historiadores, a partir das suas fontes, são desassociadas da época em que foram produzidas e do lugar social ocupado pelos mesmos. Assim, para desenvolvermos o nosso trabalho com os registros literários, é preciso compreender que:

> Historiador não é um arqueólogo da documentação, mediador neutro entre a verdade da fonte e a verdade da História, mas sim aquele que é capaz de formular uma problemática e de construir uma interpretação em que reconhece o encontro de duas historicidades: a sua própria e a da documentação que utiliza. (FACINA, 2004 *apud* ENGEL et al., 2008, p. 9-10)

Nesse sentido, acreditamos que os professores que pretendem trabalhar com a literatura no ensino de História, enquanto disciplina componente do currículo escolar, devem atentar para a questão da especificidade da construção do discurso presente nessa linguagem, buscando perceber as relações sociais presentes na construção do discurso literário e questionar os postulados de “verdades” presentes no discurso de sua própria disciplina.

Ensinar História, através do estabelecimento de relações entre diversas linguagens e tempos históricos, constitui uma boa forma de levar o educando a refletir criticamente sobre os valores presentes na sociedade na qual ele está

inserido, possibilitando um maior entendimento para o exercício pleno da sua cidadania.

Segundo Fonseca:

> A construção de novas propostas pedagógicas para o ensino de história deve, a nosso ver, fundamentar-se nessa concepção de escola como instituição social, um lugar plural, onde se estabelecem relações sociais e políticas, espaço social de transmissão e produção de saberes e valores culturais. É o lugar onde se educa para a vida, onde se formam as novas gerações para o exercício pleno da cidadania. Por isso, fundamentalmente, é um lugar de produção e socialização de saberes. (2003, p. 101)

Nessa pesquisa, desenvolvemos um estudo sobre as potencialidades da utilização da linguagem artístico-literária pelo professor de História na educação básica, como uma ferramenta que possibilite o estímulo à criatividade e a interpretação de determinada temática histórica por parte dos estudantes. Partindo do entendimento de que o trabalho com a literatura em sala de aula é essencial para alargar as possibilidades de interpretações e de visões dos estudantes sobre a disciplina escolar de História, entendemos que literatura é uma manifestação artística aberta para a expressão dos sentimentos mais profundos do autor, cuja historicidade pode ser analisada e interpretada pelo professor em sala de aula.

O uso da literatura pelo professor de História é um meio eficaz para o desenvolvimento da criatividade e do raciocínio crítico dos estudantes. Pesquisas educacionais têm demonstrado que a leitura não é simplesmente um meio de receber mensagens através de um sistema de decodificação de sinais, mas um processo de transformação desses símbolos gráficos em conceitos intelectuais, formados a partir da síntese de várias experiências interpretativas do mundo[10]. Dessa forma, acreditamos que a leitura de obras de ficção, quando associada à leitura de obras historiográficas e outras experiências de mundo por parte dos educandos, pode agir de forma transformadora, dando vazão ao pleno desenvolvimento intelectual do indivíduo.

Sob essa perspectiva, para trabalhar com a literatura, o professor de História não pode simplesmente se ater ao fato, muitas vezes evidente, da associação de partes da obra literária com aspectos da realidade histórico-social, na busca da construção da *verossimilhança* por parte do escritor. É preciso ir além, é preciso confrontar a leitura ficcional ou literária com outras fontes do passado, buscando perceber as intensas trocas culturais presentes na composição da narrativa com a

[10] Ver: BAMBERGER, Richard. *Como incentivar o hábito de leitura*. São Paulo: Ática, 1991.

sociedade que se pretende analisar em um determinado tempo e espaço. Nesse sentido, a história faz parte da literatura, e a literatura faz parte da história, a reflexão seria então no sentido de tentar perceber as relações entre a criatividade do autor, transformadora de uma realidade, e os fatos históricos, sensíveis e amplamente documentados através das suas fontes, levando os alunos a perceberem a ficção e a realidade como constitutivas, e complementares, no estudo de uma sociedade.

Para a construção de uma análise bem fundamentada de qualquer produção artística humana, precisamos levar em consideração três fatores fundamentais: autor, obra e público. A relação dialética entre esses três elementos deve constituir o ponto fundamental para uma análise histórica/sociológica da Literatura. Entender que a liberdade criativa do autor também se submete às expectativas de um público, assim como o público também se submete às exigências de um determinado autor, é algo essencial para a construção de uma análise da literatura sob o ponto de vista da história social. Criar reflexões que levem ao aprimoramento crítico dessa relação também é algo que pode ser estimulado pelo professor.

Dessa maneira, entender que os estímulos para a criação artística estão relacionados com as condições sociais e culturais nas quais estas foram criadas é algo essencial para o desenvolvimento de uma história social da Literatura. A função social da arte “é comportada pelo papel que a obra desempenha no estabelecimento de relações sociais, na satisfação de necessidades espirituais e materiais, na manutenção ou mudança de certa ordem social” (CANDIDO, 2000, p. 41). Nesse sentido, a literatura (como expressão artística) atuaria como a representação do clima intelectual e cultural de uma determinada época.

Para entender as transformações culturais de uma sociedade através da literatura, é preciso, antes de tudo, se fazer um recorte da história da sociedade que pretendemos estudar. Apesar de a história ser feita de “rupturas e permanências” e certos padrões estéticos terem uma origem milenar e ainda usual, o historiador necessita sempre de recortar e especificar o seu objeto, para alcançar um sentido mais preciso em relação aos fatos históricos estudados. Nesse sentido, o surgimento de uma nova estética literária também é histórico e sempre de transição, pois representam rupturas e permanências em relação às estéticas literárias anteriores. As sínteses explicativas históricas e as obras literárias seriam representações de estruturas históricas de pensamentos circunscritas à determinada

sociedade e região, representando assim as tensões sociais mais marcantes de sua época.

Assim, a justificativa do recorte temporal que optamos por utilizar na nossa pesquisa se deu em torno das questões levantadas acerca do romance de estreia na literatura nacional do escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto, em 1909, até a data da morte dele (1922). *Recordações do escrivão Isaías Caminha* foi lançado pelo escritor com o claro objetivo de tentar causar polêmica na sociedade carioca de sua época e marcar uma nova fase de Barreto, que já escrevia em revistas e jornais, como romancista e polemista literário.

> Lima Barreto escolheu a dedo o romance com que ingressaria na vida literária nacional. Ao que tudo indica, e como mostra Francisco de Assis Barbosa[11], tinha alguns outros livros em preparação ou quase terminados, mas decidiu lançar Recordações do escrivão Isaías Caminha com o claro objetivo de escandalizar. Julgava que o Gonzaga de Sá era mais morno; quem sabe, acomodado demais. Já Isaías Caminha tinha potencial para a polêmica, e daria novo impulso à carreira que ele havia trilhado na Floreal e ia desenvolvendo nas demais revistas literárias. (SCHWARCZ, 2017, p. 390)

A escolha temporal da nossa pesquisa também se relaciona, sobretudo, com a nossa opção temática sobre o que pretendemos analisar através da obra de Lima Barreto, que é o engajamento do autor, através dos seus escritos literários, no debate sobre a construção da nacionalidade brasileira no início do século XX e um olhar sobre o racismo no Brasil. Entendemos que os temas de análise escolhidos tangenciam praticamente toda a obra de Lima Barreto nos diferentes gêneros textuais que o autor publicou, em romances, cartas, contos e crônicas. Dessa forma, para compormos um projeto didático e de pesquisa viável para ensinar/aprender história nas escolas da educação básica, optamos por trabalhar apenas o gênero textual romance e, dentre os romances de Lima Barreto, escolhemos apenas dois onde acreditamos que as temáticas por nós escolhidas são bastante evidentes e centrais na composição da narrativa.

2.1. Um escritor visionário: *Triste fim de Policarpo Quaresma* e um projeto de desenvolvimento para o Brasil

Como procedimento metodológico, nesse trabalho procuramos analisar a obra de Lima Barreto na totalidade do movimento no qual a mesma se insere, ou seja, buscamos entender as relações sociais de sua época que contribuíram para a

[11] Francisco de Assis Barbosa, A vida de Lima Barreto, op. cit., p. 137.

construção da sua expressão literária autêntica e rica de significados. Nesse sentido, os dados biográficos, particulares da vida do autor, serão aqui considerados apenas como “fatores” que contribuem para a compreensão da sua obra dentro dos movimentos sociais de sua época, partindo da visão de mundo particular do autor inserida em movimentos estruturais mais amplos do seu tempo. Buscamos também perceber as “rupturas e permanências” das questões conjunturais da sociedade brasileira expressas através da sua literatura, procedimento que irá nos ajudar principalmente na construção do nosso projeto didático desenvolvido nos próximos capítulos.

Em *Triste fim de Policarpo Quaresma,* o personagem principal, ao se apresentar como voluntário para combater na guerra contra os insurgentes da marinha do Brasil, consegue uma audiência com o Marechal Floriano Peixoto, ocasião em que tem a oportunidade de apresentar-lhe o seu memorando sobre as condições da agricultura no Brasil:

> Quaresma explicou-lhe a sua vida e aproveitou a ocasião para lhe falar em leis agrárias, medidas tendentes a desafogar e dar novas bases à nossa vida agrícola. O marechal ouviu-o distraído, com uma dobra de aborrecimento no canto dos lábios.
> — Trazia a Vossa Excelência até este memorial...
> O presidente teve um gesto de mau humor, um quase “não me amole” e disse com preguiça a Quaresma:
> — Deixa aí...
> Depositou o manuscrito sobre a mesa e logo o ditador dirigiu-se ao interlocutor de ainda agora:
> — Que há, Bustamante? E o batalhão, vai?
> O homem aproximou-se mais, um tanto amedrontado:
> — Vai bem, marechal. Precisamos de um quartel... Se Vossa Excelência desse ordem...
> — É exato. Fala ao Rufino em meu nome que ele pode arranjar... Ou antes: leva-lhe este bilhete.
> Rasgou um pedaço de uma das primeiras páginas do manuscrito de Quaresma, e assim mesmo, sobre aquela ponta de papel, a lápis azul, escreveu algumas palavras ao seu ministro da Guerra. Ao acabar é que deu com a desconsideração:
> — Ora! Quaresma! rasguei o teu escrito... Não faz mal... Era a parte de cima, não tinha nada escrito. (BARRETO, 2019, p. 153)

No final do século XIX, a agricultura brasileira vivia um momento de expansão, principalmente em São Paulo, com a consolidação da lavoura do café. Nesse contexto, surgiram várias propostas de modernização da agricultura brasileira, em que se destacavam os debates sobre o uso de pesquisas científicas e o maquinário industrial complexo para vencer os desafios logísticos da produção, bem como a necessidade de diversificação das culturas agrícolas, explorando as

potencialidades do clima e do solo de cada região e a implantação de colônias agrícolas para a fixação do colono na terra. Caio Prado Júnior descreve esse momento:

> A larga expansão das forças produtivas e o progresso material a que assistimos nos últimos decênios do Império ainda se ativarão mais com o advento da República. Os anos que se seguem e o primeiro decênio do século atual assinalam o apogeu desta economia voltada para a produção extensiva e em larga escala, de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação e que vimos em pleno crescimento no período anterior. (...)
> (...) É, aliás, em boa parte o progresso da técnica moderna que permitirá aquele acentuado desenvolvimento da produção brasileira, pondo a seu serviço não somente a maquinaria indispensável (sem os aperfeiçoados processos de preparação do café, não teria sido possível a larga expansão da sua cultura) e a energia necessária para acioná-la (a eletricidade), como também os transportes ferroviários e marítimos indispensáveis para a movimentação através de grandes distâncias, dos volumes imensos da produção agrícola do país. (JÚNIOR, 1981, p. 207, 208)

Movido pelo seu ufanismo em relação às potencialidades da agricultura brasileira, o obstinado Policarpo Quaresma passa a dedicar-se ao seu projeto agrário para o Brasil, acreditando na fertilidade natural dos solos, nos recursos naturais abundantes e na grandeza do território disponível para a expansão da agricultura, como sinais do futuro grandioso que aguardava essa nação como potência agrícola do planeta. Entretanto, o seu projeto de desenvolvimento para o país irá esbarrar em dois principais empecilhos que podemos inferir através da narrativa: a visão pessimista do determinismo científico racial e o posicionamento das nossas elites políticas e econômicas sobre o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho.

No romance, Floriano Peixoto é apresentado como uma figura indolente e pouco apegado a discursos e narrativas mais complexas para a explicação dos problemas brasileiros, um homem de poucas palavras e vocabulário simples apegado a questões mais pragmáticas sobre as necessidades da vida cotidiana. Dessa forma, seria uma liderança pouco ilustrada para tocar um projeto nacional que precisasse engajar as massas camponesas em frentes de trabalho em prol do desenvolvimento das potencialidades agrícolas dessa nação. Apesar do desinteresse inicial em relação ao memorando entregue por Policarpo, em outra parte da narrativa o Marechal responde de forma afirmativa sobre o questionamento do protagonista em relação à leitura do mesmo, demonstrando o seu parecer:

> — Vossa Excelência já leu o meu memorial, marechal?
> Floriano respondeu lentamente, quase sem levantar o lábio pendente:
> — Li.

> Quaresma entusiasmou-se:
> — Vê Vossa Excelência como é fácil erguer este país. Desde que se cortem todos aqueles empecilhos que eu apontei, no memorial que Vossa Excelência teve a bondade de ler; desde que se corrijam os erros de uma legislação defeituosa e inadaptável às condições do país, Vossa Excelência verá que tudo isto muda, que, em vez de tributários, ficaremos com a nossa independência feita... Se Vossa Excelência quisesse...
> À proporção que falava, mais Quaresma se entusiasmava. Ele não podia ver bem a fisionomia do ditador, encoberto agora como lhe estava o rosto pelas abas do chapéu de feltro; mas, se a visse, teria de esfriar, pois havia na sua máscara sinais do aborrecimento mais mortal. Aquele falatório de Quaresma, aquele apelo à legislação, a medidas governamentais, iam mover-lhe o pensamento, por mais que não quisesse. O presidente aborrecia-se. Num dado momento, disse:
> — Mas, pensa você, Quaresma, que eu hei de pôr a enxada na mão de cada um desses vadios?! Não havia exército que chegasse...
> Quaresma espantou-se, titubeou, mas retorquiu:
> — Mas, não é isso, marechal. Vossa Excelência, com o seu prestígio e poder, está capaz de favorecer, com medidas enérgicas e adequadas, o aparecimento de iniciativas, de encaminhar o trabalho, de favorecê-lo e torná-lo remunerador... Bastava, por exemplo...
> Atravessavam o portão da velha quinta de Pedro I. O luar continuava lindo, plástico e opalescente. Um grande edifício inacabado que havia na rua parecia terminado, com vidraças e portas feitas com a luz da lua. Era um palácio de sonho.
> Floriano já ouvia Quaresma muito aborrecido. O bonde chegou; ele se despediu do major, dizendo com aquela sua placidez de voz:
> — Você, Quaresma, é um visionário... (BARRETO, 2019, p. 172, 173)

Assim, entendemos que o aspecto visionário do personagem criado pelo escritor carioca está na sua crença na possibilidade de um acordo republicano que viesse a engajar os seus cidadãos em torno de um projeto que valorizasse as potencialidades agrícolas para o desenvolvimento do País. Lima “criou um personagem nacionalista extremado cujo objetivo era melhorar seu país, resgatando elementos culturais ‘originais’ do Brasil bem como valorizando suas potencialidades econômicas ‘naturais’ ” (NORONHA, 2019, p. 137)

Sobre a questão agrária no Brasil, é importante destacar que a proposta de Policarpo não é visionária no sentido de ser uma ideia quimérica ou idealista para o desenvolvimento de uma potencialidade que sempre esteve no centro do debate econômico brasileiro, mas no sentido de ter uma visão de futuro para o Brasil, futuro este que só pode ser alcançado a partir da superação de certas questões do passado que também estão postas no romance de Lima Barreto. Desde a decretação da Lei de Terras no Brasil (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850) que a expansão do latifúndio se intensificou como regra de um processo iniciado em tempos coloniais. Visando combater a posse irregular, o Estado brasileiro estabeleceu a compra e a venda como o único meio legal de aquisição de terras

devolutas (terras pertencentes à União), tal medida incentivou a concentração fundiária, excluiu ex-escravizados e camponeses pobres do acesso à terra e atendeu aos interesses da política migratória do governo, que via no incentivo a imigrações estrangeiras, principalmente de europeus, uma forma de superar os custos com a mão de obra no campo após a abolição da escravidão e incentivar o desenvolvimento agrícola nacional com a colonização estrangeira:

> (...) No que se refere à questão agrária, faz-se necessário recordar que desde a Lei de Terras de 1850, intensificava-se a expansão do latifúndio. Sendo a representação literária em questão contestadora da realidade social, pois, a agricultura, como no período imperial, continuava a ser o principal setor da economia nas primeiras décadas republicanas. Em 1920, por exemplo, 66,7 % da população economicamente ativa do país trabalhava nesta atividade. No contexto republicano, a Constituição de 1891, dificultava ainda mais a situação do camponês, pois transferia aos cuidados dos estados da federação a tutela sobre as terras, o que favorecia o processo de expropriação desses comandados pelas oligarquias locais. Diante disso, prolifera-se no campo o banditismo social e os movimentos messiânicos, como reação a essa nação que se pretendia construir. (SOUZA, 2017, p. 230)

Em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Lima tenta nos provar que o Estado brasileiro não tinha um projeto de longo prazo para o desenvolvimento das suas potencialidades agrícolas mesmo dentro de uma lógica concentradora capitalista. Policarpo representa o ideal do homem urbano e racional que enxerga o campo como um espaço a ser desbravado pelo domínio da técnica sobre a natureza, mas depara-se com as crendices do homem camponês e com uma elite política rural mesquinha e patrimonialista apegada à obtenção de lucros imediatos, mesmo que com altos custos devido à não superação dos desafios logísticos pela falta de planejamento. Dessa forma as leis do Estado brasileiro são criticadas como empecilhos para o desenvolvimento da agricultura nacional e responsáveis pelo atraso da sua população:

> (...) Aquela rede de leis, de posturas, de códigos e de preceitos, nas mãos desses regulotes, de tais caciques, se transformava em potro, em polé, em instrumento de suplícios para torturar os inimigos, oprimir as populações, crestar-lhe a iniciativa e a independência, abatendo-as e desmoralizando-as.
> Pelos seus olhos passaram num instante aquelas faces amareladas e chupadas que se encostavam nos portais das vendas preguiçosamente; viu também aquelas crianças maltrapilhas e sujas, d'olhos baixos, a esmolar disfarçadamente pelas estradas; viu aquelas terras abandonadas, improdutivas, entregues às ervas e insetos daninhos; viu ainda o desespero de Felizardo, homem bom, ativo e trabalhador, sem ânimo de plantar um grão de milho em casa e bebendo todo o dinheiro que lhe passava pelas mãos.
> (...)

> Como era possível fazer prosperar a agricultura, com tantas barreiras e impostos? Se ao monopólio dos atravessadores do Rio se juntavam as exações do Estado, como era possível tirar da terra a remuneração consoladora? (BARRETO, 2019, p. 128, 129)

O nacionalismo de Policarpo Quaresma se manifesta então a partir de uma preocupação genuína com a inclusão das massas camponesas em um sistema de trabalho e produção agrícola que realmente as incluam, enquanto cidadãos, na condução da coisa pública (República) como seres detentores de direitos e participantes desse grande projeto de nação chamado Brasil. Os questionamentos levantados pelo personagem são em parte respondidos pelo escritor em uma crônica intitulada *Problema vital*[12]. Quando comentando sobre as questões higienistas apresentadas por Monteiro Lobato em sua obra *Urupês,* Barreto propõe uma saída para a resolução dos problemas do homem do campo brasileiro:

> Em suma, para não me alongar. O problema, conquanto não se possa desprezar a parte médica propriamente dita, é de natureza econômica e social. Precisamos combater o regime capitalista na agricultura, dividir a propriedade agrícola, dar a propriedade da terra ao que efetivamente cava a terra e planta, e não ao doutor vagabundo e parasita, que vive na casa-grande ou no Rio ou em São Paulo. Já é tempo de fazermos isto e é isto que eu chamaria o “Problema Vital”. (LIMA BARRETO, 2004, p. 458)

Em suma, para Lima Barreto, parte dos problemas agrícolas brasileiros poderiam ser resolvidos com uma política de reforma agrária, que valorizaria o homem do campo, tornando os latifúndios improdutivos em produtivos e possibilitando aos nacionais a obtenção da sua remuneração consoladora. O fato de que tal “problema vital” ainda não tenha sido solucionado no Brasil de 2025, quando escrevo estas linhas, relaciona-se justamente com aquilo que o escritor carioca já intuía em 1911, que era o problema de se construir uma visão de futuro para o Brasil, através da utopia agrária de Policarpo Quaresma, em um país apegado ao seu passado de uma estrutura de poder escravocrata, latifundiária e patrimonialista. Assim, o triste fim de Policarpo Quaresma ocorre pelo excesso de idealismo do personagem em relação ao futuro do Brasil e sua falta de visão crítica sobre o apego das elites brasileiras ao seu passado, que impossibilitava a construção de uma república que verdadeiramente incluísse o seu povo. O Brasil seria, assim, o eterno país do futuro.

A visão fatalista expressa através da derrota final do seu personagem, em que fica subentendido no livro que o mesmo foi executado a mando do governo de

[12] Revista Contemporânea, 22-2-1919. Publicado em Bagatelas.

Floriano Peixoto, contrasta com a ponta de utopia que o escritor deixa escapar no final do romance, quando a personagem Olga ao se defrontar com os valores de uma sociedade machista e patriarcal, que a impeliam para o mesmo triste fim do seu padrinho, Policarpo, deixa escapar uma ponta de esperança a partir da sua percepção sobre as mudanças históricas que ocorriam no seu tempo[13]

> Saiu e andou. Olhou o céu, os ares, as árvores de Santa Teresa, e se lembrou que, por estas terras, já tinham errado tribos selvagens, das quais um dos chefes se orgulhava de ter no sangue o sangue de dez mil inimigos. Fora há quatro séculos. Olhou de novo o céu, os ares, as árvores de Santa Teresa, as casas, as igrejas: viu os bondes passarem; uma locomotiva apitou; um carro, puxado por uma linda parelha, atravessou-lhe na frente, quando já a entrar do campo... Tinha havido grande e inúmeras modificações. Que fora aquele parque? Talvez um charco. Tinha havido grandes modificações nos aspectos, na fisionomia da terra, talvez no clima... Esperemos mais, pensou ela; e seguiu serenamente ao encontro de Ricardo Coração dos Outros. (BARRETO, 219, p. 211)

Olga escolhe então olhar para o futuro com a esperança de não ter o mesmo triste fim de Policarpo Quaresma. Esperemos mais!

Devido a seu amplo universo temático, a obra de Lima Barreto nos permite refletir sobre diversos “contextos demonstrativos” da sociedade de sua época e a permanência de determinados padrões de conduta na sociedade atual. Tal universo temático apresenta uma incômoda atualidade, com a persistência das relações que marcam profundamente a sociedade brasileira: o autoritarismo das nossas instituições, a corrupção da nossa classe política, o alto custo de vida, a má qualidade dos serviços públicos, o racismo, dentre tantas outras mazelas ainda presentes no Brasil. É no sentido de fornecer subsídios para a articulação entre passado e presente das denúncias apresentadas, através dos registros literários desse autor, que pretendemos desenvolver no próximo capítulo a nossa proposta metodológica para ensinar/aprender História, amplamente embasada no tema da educação na obra de Lima Barreto.

2.2. *Recordações do escrivão Isaías Caminha* e o enfrentamento do racismo na sala de aula

O primeiro livro de Lima Barreto expressa uma crítica social ao Brasil da Primeira República (1889 – 1930), abordando temas como racismo, injustiça social e imprensa sensacionalista. O narrador-protagonista, Isaías Caminha,

[13] Ver palestra proferida pelo professor João Cezar de Castro Rocha ao programa *Café filosófico* sobre o tema “Literatura Brasileira: missão ou entretenimento?” Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=TJF8h6ddHOI&t=936s>. Acesso em: 18 de maio de 2025.

enfrenta preconceitos e humilhações devido a sua cor e origem social humilde. Após passar por várias dificuldades, consegue emprego como escrevente (escriturário) e, mais tarde, ingressa na redação de um grande jornal que circulava no Rio de Janeiro, de onde passa a testemunhar toda a corrupção e a manipulação da impressa de sua época.

A identificação do autor com as camadas populares se expressa através da construção do seu personagem, Isaías Caminha é um homem deslocado devido à formação dos seus valores morais e intelectuais que lhe impossibilitam de compactuar com os de uma sociedade onde vale tudo pelo poder. Tal personagem seria como um espelho da própria condição do escritor, pois, oriundo das camadas médias urbanas marginalizadas da Primeira República, Lima Barreto se encontrava em uma condição de inadaptado; não conseguiu ser doutor, devido a uma série de infortúnios pessoais que lhe impossibilitaram de continuar os estudos, nem se enxergava, enquanto intelectual, dentro da cultura geral massificante de submissão ao jogo político vigente. Desta forma, “Lima Barreto é importante como expressão de um limite histórico, como um projeto contraditório de lançar uma palavra nova, de expressão de uma camada marginalizada na época” (CURY, 1981, p. 26).

O caráter estrutural do racismo no Brasil é algo evidente na realidade de boa parte das escolas brasileiras, com dados coletados em diversos estudos que nos deixam claro quão permissiva e recorrente é a prática da discriminação racial nas escolas, apesar de todos os avanços em termos de políticas públicas e leis, na nossa democracia atual, para tentar combater essa prática.

> De acordo com a edição 2023 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua Educação), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo entre pretos e pardos de 15 anos ou mais caiu em 2023 para 7,1%, o menor nível histórico desde 2016, mas ainda é mais do que o dobro da registrada entre brancos, que é de 3,2%. De 2016 para 2023, a taxa de analfabetismo entre as pessoas pretas ou pardas na faixa etária indicada recuou 2 p.p. no país. É a primeira vez que o indicador ficou próximo de 7%.
> O mesmo levantamento demonstra a desigualdade no acesso à educação. Em 2023, dos jovens de 14 a 29 anos que não completaram o ensino médio – seja por terem abandonado a escola antes do término desta etapa, seja por nunca a ter frequentado – 71,6% eram negros e apenas 27,4% eram brancos. Tal indicador apresentou uma pequena variação ou piora na desigualdade na comparação com 2022, quando 70,9% dos jovens fora da escola eram negros e 27,9% eram brancos.[14]

[14] Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/desigualdade-racial-na-educacao?> Acesso em: 23/05/2025.

Outras pesquisas indicam que *o ambiente escolar é o mais citado por brasileiros entre os locais onde já sofreram racismo*[15]. Tais dados só confirmam a persistência daquilo que Lima Barreto sentiu na pele ao frequentar os estudos na escola politécnica, entre 1897 – 1903, que é o preconceito ao qual, os que advinham da sua cor e classe social, estavam sujeitos. Certamente, o jovem estudante, sem muitos recursos financeiros, deve ter notado as suas diferenças econômicas e culturais em relação aos jovens ricos que costumeiramente ingressavam naquela escola. Nesse sentido, os esforços que pessoas de sua origem tinham que fazer para se manter nesse meio social tão seleto eram preocupantes, fazendo assim que o escritor abandonasse o curso de engenharia e não realizasse o sonho do seu pai de ver o filho Doutor.

Em entrevista, o professor Dr. Marcelo Jorge de Paula Paixão, associado na University of Texas - Austin, analisa a importância do combate ao racismo na escola atual:

> O grande debate é: a escola, por um lado, tem uma enorme potencialidade para a formação de um cidadão participativo, crítico, consciente, profissionalmente capaz e ao mesmo tempo a escola também, dentro das estruturas sociais vigentes, pode atuar como um mecanismo de perpetuação das desigualdades. Não está escrito nas estrelas que tem que ser “A” ou “B”, pois isso são opções que vão sendo tomadas a cada momento. Saindo da dimensão mais teórica e vindo para a realidade do Brasil, eu falo sem o menor tipo de receio de que efetivamente a escola contribuiu muito mais para a reprodução de desigualdades do que para a formação do cidadão crítico e participativo.[16]

Dessa forma, entendemos que a crítica de Lima Barreto, apresentada muitas vezes em tom satírico, sobre as questões raciais de sua época, apresenta uma impressionante, e ao mesmo tempo incômoda relação com a atualidade desse problema nas escolas brasileiras. Logo, as possibilidades de estabelecimentos de elos entre passado e presente, partindo da obra do autor, em articulação com as diferentes visões dos estudantes sobre o racismo contemporâneo é o que orientou a construção do projeto didático desenvolvido no terceiro capítulo.

A fim de promovermos um melhor entendimento sobre o engajamento da obra de Lima Barreto na luta antirracista no Brasil, é preciso levarmos aos educandos na sala de aula um pouco do debate histórico sobre as questões raciais no Brasil na

---

[15] Disponível em : <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/08/15/ambiente-escolar-e-o-mais-citado-por-brasileiros-entre-os-locais-onde-ja-sofreram-o-racismo-diz-pesquisa.ghtml> Acesso em: 23/05/2025

[16] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uUQy4bsg6xE&t=214s> Acesso em: 23/05/2025

época em que Lima Barreto produziu seus escritos. Dessa forma, precisamos levar os estudantes a compreenderem a brutalidade em que ocorria o debate sobre as questões raciais no Brasil em fins do século XIX e início do século XX, para que os educandos possam compreender a importância da denúncia na luta antirracista e no processo de conquista de direitos, que historicamente foram negados à população negra ou afro-descente no Brasil.

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 13 de maio de 1881, portanto, há exatos 7 anos antes da assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel. Tal evento foi percebido pelo futuro escritor que assim registrou em seu livro de memórias:

> Eu tinha então sete anos e o cativeiro não me impressionava. Não lhe imaginava o horror; não conhecia a sua injustiça. Eu me recordo, nunca conheci uma pessoa escrava. Criado no Rio de Janeiro, na cidade, onde já os escravos rareavam, faltava-me o conhecimento direto da vexatória instituição, para lhe sentir bem os aspectos hediondos. Era bom-saber se a alegria que trouxe à cidade a lei da abolição foi geral pelo país. Havia de ser, porque já tinha entrado na consciência de todos a injustiça originária da escravidão. (BARRETO, 1956, p. 259)

Lima Barreto nunca foi escravizado, tampouco seus país viveram os horrores do cárcere, entretanto, a associação de pessoas da pele negra com a submissão da relação do trabalho escravo é algo que ainda humilha as pessoas com essa cor, mesmo que já se tenham passados gerações de familiares desses indivíduos que nunca foram formalmente escravizados e nunca tiveram as suas existências reduzidas a condição de “coisas”. A escravidão é, sobretudo em dias atuais, uma instituição que persiste no campo da história e não da memória, pois somente as pessoas da cor da pele negra é que terão o seu passado associado à escravidão, enquanto uma pessoa branca nunca terá que se preocupar com a associação a tal passado de sujeições, mesmo que se tenha registros da relação do trabalho escravo em diferentes épocas e em diferentes povos, em que certamente a cor da pele das pessoas humilhadas e coisificadas não era negra.

Em fins do século XIX, o Brasil era visto com certo estranhamento por cientistas e membros mais ilustrados das suas elites políticas e econômicas, pois o grande debate da época era saber: como o Brasil sendo um país multiétnico ou “tipicamente miscigenado” poderia ter um futuro que o enquadrasse dentro das nações ricas e laboriosas da história da humanidade? Seria possível a formação de

uma identidade nacional que unificasse o país e o guiasse para o caminho do desenvolvimento?

A partir da segunda metade do século XIX, os debates sobre o caráter nacional passam a ganhar um status científico e de urgência para as elites políticas nacionais. Assim, surge um problema: como incluir o elemento do negro na formação da identidade nacional brasileira? A ideia da formação de uma identidade nacional mestiça, como fruto das contribuições dos três grupos fundantes da nação – o Branco (português), o Indígena (americano) e o Negro (africano) – era algo aparentemente óbvio dada a realidade da população, ideia inclusive presente em um dos ensaios fundantes da historiografia brasileira, a dissertação oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo antropólogo alemão Karl Friedrich Phillip Von Martius, em 1844, com o título *como se deve escrever a história do Brasil*[17] ele já propunha a formação de uma historiografia nacional que incluísse na formação do seu povo "a mescla das raças".

Frente ao "espetáculo brasileiro da miscigenação", as elites políticas e econômicas precisavam encontrar uma saída que garantisse a unificação do povo mas sem mexer em sua configuração de classes, pois devido à formação econômica do Brasil como fruto do processo colonizador europeu nas américas, era preciso encontrar uma narrativa que empoderasse a realidade da miscigenação, ao mesmo tempo que mantivesse a configuração de classes herdada do sistema colonial escravista implantado pelos europeus nas américas. Nesse sentido, foram diversas as tentativas de conformação de discursos, que tentavam exaltar os aspectos positivos das raças, mas sem mexer na configuração de classes do Brasil. Em relação ao índio, a saída inicial parecia ser mais óbvia, dadas as influências filosóficas do iluminismo, parecia ser mais palatável para essas elites o entendimento sobre os silvícolas brasileiros a partir da construção do "mito do bom selvagem", nesse sentido, a prosa livre de *José de Alencar* (1829 – 1877) ajuda a popularizar entre as elites a ideia do indígena como um ser forte, detentor de valores morais superiores e integrado a natureza, que foi maculado pela civilização. Tal visão é bem típica do romantismo na sua primeira fase indianista, que se expressou não só na literatura, mas nas artes em geral. Mas em relação ao negro, o que fazer?

---

[17] MARTIUS, Carl Friedrich Phillipp Von. Como se deve escrever a história do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,** 6(24), jan. 1845, pp. 27 – 55. Disponível em: <https://dn720006.ca.archive.org/0/items/von-martius-1843/Von%20Martius%20-%20Como%20se%20deve%20escrever%20a%20histo%CC%81ria%20do%20Brasil_text.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2025

No Livro *Dialética da Colonização*[18] Alfredo Bosi apresenta um apanhado geral sobre o que foi o movimento abolicionista no Brasil e os diversos embates entre as lideranças envolvidas nesse processo. O que fica claro, com base na farta documentação que nos apresenta o historiador em sua obra, é que as principais lideranças envolvidas na luta pela transição de uma sociedade que aceitava a instituição da escravidão – com a consequente redução de indivíduos à condição de coisas, para uma sociedade que criminaliza tal prática – tinham plena consciência sobre a importância histórica do evento da assinatura da *Lei Áurea* pela Princesa Isabel, e trabalharam arduamente para que a lei fosse assinada e gerasse os efeitos que estes almejavam. Assim, não existia por parte daqueles que, de fato ocupavam o poder nacional, nenhum interesse em incluir essa população escravizada descendente em um projeto nacional de desenvolvimento que aproveitasse as potencialidades da exploração dessa mão de obra dentro de um sistema de trabalho livre e assalariado, tendo em vista que para os fazendeiros, principalmente do centro-sul e do oeste paulista, a questão mais importante não era libertar os negros do cativeiro, mas substitui-los com a maior brevidade e eficácia possível, sem gerar maiores prejuízos para a produção em suas fazendas. Em relação ao elemento negro no Brasil a saída então era a negação, o exílio na sua própria terra ou, quem sabe, o "branqueamento".

> Como representante de "um típico país miscigenado" é que João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, era convidado a participar do I Congresso Internacional das Raças, realizado em julho de 1911. A tese apresentada – "*Sur les métis au Brèsil"* – era clara e direta: "o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução" (Lacerda, 1911).
>
> (...) O país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuração mediante uma seleção natural (ou quiçá milagrosa), levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco. (SCHWARCZ, 1993, p. 11–12)

Frente a esse debate tão agressivo e ultrajante, realizado por representantes da pretensa intelectualidade nacional, contra a população negra e mestiça de sua época, Lima Barreto se posicionou, escrevendo em diversos jornais e revistas, usou também a sua literatura como instrumento de denúncia contra o racismo. Em

[18] BOSI, Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Recordações do escrivão Isaías Caminha, a vontade do escritor de transformar o seu livro em uma ferramenta militante de luta contra a discriminação racial é expressa logo no primeiro capítulo intitulado “breve notícia” em que Isaías explica o que o motivou a escrever as suas memórias:

> “Eu me lembrei de escrever estas recordações, há dois anos, quando, um dia, por acaso, agarrei um fascículo de uma revista nacional, esquecida sobre o sofá de minha sala humilde, pelo promotor público da comarca.
> Nela um dos seus colaboradores fazia multiplicadas considerações desfavoráveis à natureza da inteligência das pessoas do meu nascimento, notando a sua brilhante pujança nas primeiras idades, desmentidas mais tarde, na madureza, com a fraqueza dos produtos, quando os havia, ou em regra geral, pela ausência deles.
> Li-o a primeira vez com ódio, tive desejos de rasgar as páginas e escrever algumas verrinas contra o autor.
> Considerei melhor e vi que verrinas nada adiantam, não destroem; se, acaso, conseguem afugentar, magoar o adversário, os argumentos deste ficam vivos, de pé.
> O melhor, pensei, seria opor argumentos a argumentos, pois se uns não destruíssem os outros, ficariam ambos face a face, à mão de adeptos de um e de outro partido.
> (...)
> E foram tantos os casos dos quais essa minha conclusão ressaltava, que resolvi narrar trechos de minha vida, sem reservas nem perífrases, para de algum modo mostrar ao tal autor do artigo, que sendo verdadeiras as suas observações, a sentença geral que tirava, não estava em nós, na nossa carne e nosso sangue, mas fora de nós, na sociedade que nos cercava, as causas de tão feios fins de tão belos começos.
> (...)
> Não é meu propósito também fazer uma obra de ódio; de revolta enfim; mas uma defesa a acusações deduzidas superficialmente de aparências cuja essência explicadora, as mais das vezes, está na sociedade e não no individuo desprovido de tudo, de família, de afetos, de simpatias, de fortuna, isolado contra inimigos que o rodeiam, armados da velocidade da bala e da insídia do veneno.” (BARRETO, 1998, p. 8-9)

No terceiro capítulo, iremos abordar o tema do racismo no Brasil a partir da leitura do romance de Lima Barreto e outros escritos do autor, que serão utilizados no desenvolvimento do projeto didático para ensinar/aprender história através da literatura.

Capítulo 3 – O encontro entre Clio e Calíope: propostas para o ensino de História através da literatura.

Encaminhar uma simples atividade de leitura em sala de aula pode se tornar um grande desafio para o professor da educação básica hoje no Brasil, pois, dentre as dificuldades envolvidas no uso dessa metodologia, podemos destacar a ausência das condições mínimas para a sua realização, como falta de livros, xerox e outros meios de reprodução digital do texto, além do pouco interesse geral dos estudantes pela leitura e a ausência de planejamento adequado pelos professores para a utilização desse meio. Dessa forma, entendemos que uma maneira de o professor superar parte desses problemas é através da elaboração de um planejamento que leve em consideração as “leituras de mundo” dos estudantes, antes de partir para a leitura do texto, pois entendemos que a escola não pode ser apenas o espaço do conservadorismo, da reprodução de saberes “eruditos” que são elaborados fora dela, é necessária a articulação de temáticas de leitura que aproximem os estudantes da linguagem científica através de uma associação entre teoria e prática.

Levando-se em consideração a postura dos estudantes e as dificuldades encontradas no meio escolar, para se trabalhar com a leitura ou a literatura, acreditamos também ser necessária uma reflexão sobre o papel dos professores frente a essa realidade. No Brasil de 2025, já faz parte do senso comum o entendimento de que o professor da educação básica não é devidamente valorizado. Assim, acreditamos que, para aqueles que insistem em exercer essa profissão, mesmo com todas as suas amarguras e obstáculos, resta a opção de manter-se criativo em sala de aula, procurando dar sentido àquilo que os motiva e fazendo que os estudantes encontrem algum sentido em relação ao que estudam. Partindo do entendimento de que nenhuma linguagem ou metodologia de ensino é neutra ou escolhida de forma aleatória pelo professor, acreditamos que a postura e a forma de abordagem dos conteúdos refletem as concepções políticas e a visão de mundo de cada professor frente a questões sociais relevantes de seu tempo.

Dessa forma, acreditamos ser necessário explicitarmos quais os fundamentos e métodos que norteiam a nossa prática de ensino de história para as escolas do século XXI, as quais pretendemos fomentar através das sequências didáticas que iremos desenvolver no presente capítulo. Em primeiro lugar, é preciso ressaltarmos o nosso entendimento de que ensino e pesquisa são atividades indissociáveis da

prática docente, pois acreditamos que, no campo de análise sobre ensino de história, é necessário superar a lógica da divisão técnica estalecida entre os pesquisadores da prática docente, únicos autorizados a produzir conhecimento geralmente encastelados nas universidades, e os professores da educação básica a quem é conferida a posição de transmissores do conhecimento. Em segundo lugar, acreditamos que a elaboração da proposta didática deve ser fundamentada em um estudo sobre a realidade sociopolítica dos estudantes, ou seja, o professor precisa se inteirar das reais problemáticas enfrentadas pelos estudantes e pela comunidade escolar, na qual este está inserido, para tentar superá-las de uma forma crítica, entendendo os educandos como agentes construtores e transformadores da história.

Assim, entre os pressupostos teóricos que norteiam a prática da nossa disciplina, adotamos o conceito de literacia histórica caracterizado por Maria Auxiliadora Schmidt em seu artigo:

> A partir destas considerações, pode-se caracterizar a literacia histórica como a construção de sujeitos historicamente letrados, que sejam minimamente capazes de, segundo Lee (2008) realizar algumas coisas, como:
>
> - ter uma imagem do passado que lhes permita orientarem-se no tempo, a qual exige o domínio de determinados conteúdos históricos ou uma compreensão substantiva coerente do passado;
> - um conhecimento de como desenvolver uma explicação narrativa do passado, o que pressupõe domínio de ideias substantivas e de ideias de segunda ordem que colaborem para organizar o passado, fazendo com que o conhecimento do passado seja possível. (SCHMIDT, 2009, p. 17 – 18)

Partindo de tais pressupostos, partilhamos o entendimento de que “a finalidade do ensino de história é a formação da consciência histórica” (SCHMIDT, 2009, p. 12), ou seja, é preciso levar os educandos a refletirem sobre as diversas temporalidades históricas, incluindo a sua própria, para a promoção de um melhor entendimento da realidade como fruto das diversas interpretações sobre o passado realizadas pelo tempo presente. Acreditamos, portanto, que pensar historicamente também significa entender o passado como construtor da realidade do tempo presente e que nos possibilita projetar visões para o futuro.

Ao analisarmos a obra literária de Afonso Henriques de Lima Barreto (1881 – 1922), temos por objetivo explicitar qual era a visão de mundo do escritor implícita na composição da sua narrativa, a fim de proporcionar aos educandos a possibilidade de refletirem sobre quais eram os problemas sociológicos que o escritor intuía no início do século XX e que ainda são objeto de estudos das ciências sociais brasileiras no tempo presente. Articulando as diversas temporalidades históricas, acreditamos ser possível desenvolver nos estudantes o entendimento sobre certas questões da política contemporânea como fruto de processos de longa duração, mas que não são determinados e, por esse motivo, podem ser transformados. Para tanto, optamos pela elaboração de três sequências didáticas voltadas para estudantes do Ensino Médio.

3.1. Sequência didática 1: abolição da escravatura no Brasil e formação da identidade nacional.

Tempo de realização: 4 aulas de 50 minutos.

Público alvo: Turmas do 1º ano do Ensino Médio.

Material necessário: Cópias dos textos sugeridos, material multimídia para projeção (data show, notebook e caixa de som), pincel e quadro.

Objetivos:

- Refletir criticamente sobre os interesses dos grupos envolvidos na luta pela abolição da escravatura no Brasil e as consequências da conclusão desse processo para a população negra.
- Entender como as teorias raciais evolucionistas, que chegaram ao Brasil na segunda metade do século XIX, relacionaram-se com as justificativas para a manutenção das desigualdades sociais no Brasil no período pós-abolição.
- Compreender como o racismo estrutural atuou para a promoção da exclusão de intelectuais negros engajados na luta pela promoção da igualdade de direitos e avanço da cidadania no Brasil.

Metodologia:

1ª aula de 50 minutos.

O professor inicia a aula dividindo a turma em grupos menores de quatro ou cinco estudantes e esclarece que esse formato das equipes será mantido nas próximas 4 aulas para ajudar na sequência didática que iremos desenvolver. Em seguida, distribui cópias, ou com auxílio de algum meio de reprodução digital, de um trecho do livro *Dialética da Colonização* de Alfredo Bosi (Ver Anexo B), explica que o texto se trata de uma obra historiográfica que apresenta as diversas posições dos grupos envolvidos na abolição da escravatura no Brasil. Após realizar a leitura, os alunos devem, em equipe, responder as seguintes questões:

1. De acordo com o texto, qual era a posição dos fazendeiros do Centro-Sul em relação à abolição da escravatura no Brasil?

2. Como a posição dos fazendeiros do Centro-Sul se diferenciava da posição defendida por abolicionistas como Joaquim Nabuco e Luís Gama?

3. De que maneira os republicanos, em seu congresso realizado em 1873, defenderam que deveria ser realizada a abolição da escravatura no Brasil?

4. Qual foi a crítica de Nabuco em relação à posição dos liberais republicanos sobre a situação dos negros no pós-abolição?

O professor pode anotar as questões no quadro ou expô-las com auxílio de data show. Em seguida, deve pedir para os alunos anotarem as respostas nos seus respectivos cadernos.

2ª aula de 50 minutos.

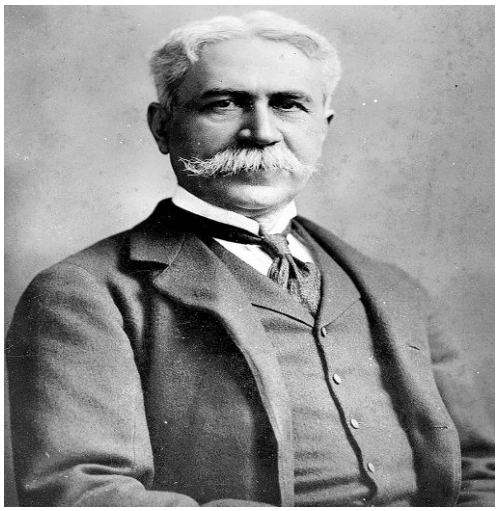
O professor inicia pedindo para os estudantes, em equipes, lerem as respostas dadas para as questões levantadas na aula anterior, tecendo breves comentários e procurando enfatizar as similaridades entre as respostas baseadas no texto. Após esse momento, com auxílio de data show, o professor apresenta um texto retirado da internet que trata sobre as ideias abolicionistas defendidas por Joaquim Nabuco (figura 1), enfatizando a leitura do seguinte trecho:

> "Seu talento e objetividade intelectual rapidamente o fizeram compreender que a libertação de cerca de 1,5 milhão de pessoas, então confinadas no trabalho escravo, não seria suficiente para eliminar os danos sociais, econômicos e culturais, resultantes de três séculos de escravidão", afirma o historiador. "Havia, disse ele, a necessidade de uma reforma social ampla e que abolisse também a herança da existência do regime escravista."
> No entendimento de Nabuco, se essas reformas não fossem realizadas, ocorreria o "prolongamento da escravidão" na vida social e cultural, mesmo que ela desaparecesse, enquanto regime, da "vida constitucional". "Entendo que esta foi a sua maior contribuição para a luta contra a escravidão",

> pontua Martinez. "A abolição não bastaria para reparar danos tão profundos e prejudiciais à vida nacional." [19]

Após a leitura do texto, o professor lança as seguintes questões para debater com a turma: Vocês concordam com a posição de Joaquim Nabuco? Na opinião de vocês, o que poderia ter sido feito logo após a abolição da escravatura no Brasil para abolir também a "herança da existência do regime escravista"? Por que essas coisas não foram feitas na época?

Figura 1 - Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo (1849 – 1910)



Fonte: fotografia retirada da internet. Disponível em: <https://memoriasindical.com.br/wp-content/uploads/2022/08/13.png> Acesso em: 07/06/2025

Após escutar as respostas dos alunos o professor apresenta um segundo texto retirado da internet, agora sobre o também abolicionista André Rebouças (figura 2), destacando o seguinte trecho:

> Rebouças foi um abolicionista reformador, ou seja, defendia mais do que o fim do cativeiro; suas propostas refletiam forte compromisso social. Seu projeto mais conhecido, nucleado em seu conceito de "democracia rural brasileira", propunha a democratização da terra, porque, nas suas próprias palavras, "quem possui a terra possui o homem". Amigo íntimo de Dom Pedro II, decidiu acompanhá-lo no exílio na Europa. Após a morte do Imperador, morou na África e, depois, em Funchal, na Ilha da Madeira, onde morreu em 1898.[20]

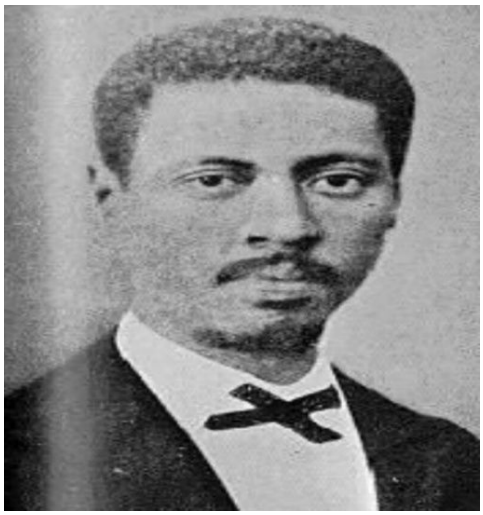
O professor então questiona: O que seria a "democracia rural brasileira" na visão de vocês? Vocês acreditam que democratizar o acesso à terra teria sido bom ou ruim para o Brasil no contexto pós-abolição? Justifiquem.

---

[19] Disponível em:<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2024/08/19/quem-foi-joaquim-nabuco-que-pediu-ajuda-ao-papa-para-acabar-com-a-escravidao-no-brasil./> Acesso em: 06/06/2025

[20] Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2024/11/18/andre-reboucas-e-a-luta-pela-abolicao-no-brasil>. Acesso em: 06/06/2025

Figura 2 - André Pinto Rebouças (1838 – 1898)



Fonte: Fotografia retirada da internet. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/wp-content/uploads/sites/2/2024/11/andre_reboucas-26880740.jpg> Acesso em: 07/07/2025.

Após escutar as respostas dos alunos o professor retoma a leitura do texto do historiador Alfredo Bosi, destacando a referência feita no último parágrafo: “Era também o pensamento de um mulato humilhado e ofendido pela *República do Kaphet,* Lima Barreto” (BOSI, 1992, p. 245). O professor encerra a aula pedindo para os estudantes realizarem a seguinte pesquisa na internet: Quem foi Lima Barreto? O que é a República do Kaphet?

3ª aula de 50 minutos:

Após escutar as respostas dos estudantes sobre o que foi encontrado em relação às questões propostas na aula anterior, o professor apresenta uma breve biografia do escritor carioca Lima Barreto (figura 3), destacando o caráter militante da sua obra contra o preconceito e a discriminação racial promovida contra os negros no Brasil. Dessa forma, com o objetivo de tratar sobre os problemas políticos e sociais relevantes da sua época, Lima Barreto fez a opção por um tipo de escrita, que misturava o realismo com a sátira na composição da sua literatura. Tal tipo de escrita expressava as contradições observadas pelo escritor entre a teoria e a prática das nossas instituições políticas e os valores nacionais vigentes. O autor observou com perspicácia as incoerências entre o discurso e a prática das nossas

relações sociais, diante disso, irá construir as suas narrativas sob um tom, muitas vezes, caricatural da sociedade brasileira.

Na sequência o professor faz a leitura de um trecho retirado do livro *Os Bruzundangas* de Lima Barreto, em que o escritor apresenta detalhes sobre a província do Kaphet:

> Das províncias da Bruzundanga, aquela que é tida por modelar, por exemplar, é a província do Kaphet. Não há viajante que lá aporte a quem logo não digam: vá ver Kaphet, aquilo sim! Aquilo é a joia da Bruzundanga.
> A mim – é bem de ver-se – os magnatas de lá não me fizeram semelhante convite; mas à tal província fui por minha própria iniciativa e sem os tropeços de cicerones oficiais que me impedissem de ver e examinar tudo com a máxima liberdade.
> Pela leitura, sabia que a gente rica da província se tem na conta de aristocratas, de nobres, e organizam a sua genealogia de modo que as suas casas tomem origem em certos antropófagos, como eram os primitivos habitantes da província, dos quais todos eles querem descender. Singular nobreza!
> Sempre achei curioso que a presunção pudesse levar a tanto, mas, em lá chegando, observei que podia levar mais longe. O traço característico da população da província do Kaphet, da República da Bruzundanga, é a vaidade. Eles são os mais ricos do país; eles são os mais belos; eles são os mais inteligentes; eles são os mais bravos; eles têm as melhores instituições, etc., etc.
> E isso de tal forma está apegado ao espírito daquela gente toda que não há modesto mestre-escola que não se julgue um Diderot ou um Aristóteles, e mais do que isso, pois, deixando de parte a teoria, se julgam também capazes de exercer qualquer profissão deste mundo; e, se se fala em ser oficial de marinha, eles se dizem capazes de sê-lo do pé pra mão, e assim de artilharia, de cavalaria. Imaginam-se prontos para serem astrônomos, pintores, químicos, domadores de feras, pescadores de pérolas, remadores de canoas,
> niveladores, o diabo!
> Tudo isso porque a província faz questão de que conste nos panegíricos dela que o seu ensino é uma maravilha; as suas escolas normais, coisa nunca vista; e os seus professores, sem segundos no mundo.
> Domina nos grandes jornais e revistas elegantes da província a opinião de que a arte, sobretudo a de escrever, só se deve ocupar com a gente rica e chique, que os humildes, os médios, os desgraçados, os feios, os infelizes não merecem atenção do artista e tratar deles degrada a arte. De algum modo, tais estetas obedecem àquela regra da poética clássica, quando exigia, para personagens da tragédia, a condição de pessoas reais e principais.
> (...)
> Outra pretensão curiosa da gente daquela província da Bruzundanga é afirmar que a sua casquilha capital é uma cidade europeia. Há tantos tipos de cidades europeias que tenho vontade de perguntar se ela é do tipo Atenas, do tipo Veneza, do tipo Carcassone, do tipo Madri, do tipo Florença, do tipo Estocolmo – de que tipo será afinal? Certamente do de Paris. Ainda bem, que
> ela não quer ser ela mesma
> O mal da província não está só nessas pequenas vaidades inofensivas; o seu pior mal provém de um exagerado culto ao dinheiro. Quem não tem dinheiro nada vale, nada pode fazer, nada pode aspirar com independência. Não há metabolia de classes. A inteligência pobre que se quer fazer tem que se curvar aos ricos e cifrar a sua atividade mental em produções

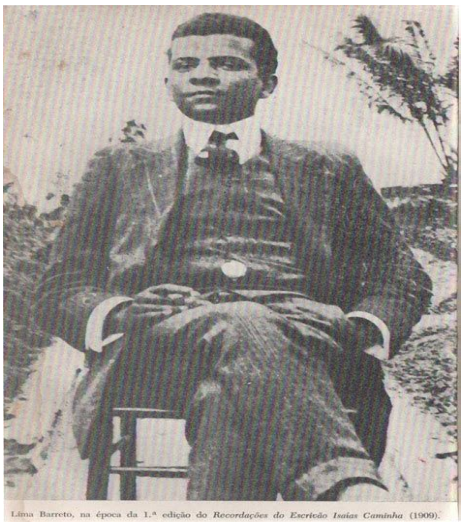
> incolores, sem significação, sem sinceridade, para não ofender os seus protetores. A brutalidade do dinheiro asfixia e embrutece as inteligências.
> Não há lá independência de espírito, liberdade de pensamento.
> A polícia, sob esse ou aquele disfarce, abafa a menor tentativa de crítica aos dominantes. Espanca, encarcera, deporta sem lei hábil, atemorizando todos e impedindo que surjam espíritos autônomos. É o arbítrio; é a velha Rússia.
> E isso a polícia faz para que a província continue a ser uma espécie de República de Veneza, com a sua nobreza de traficantes a dominá-la, mas sem sentimento das altas coisas de espírito.
> Ninguém pode contrariar as cinco ou seis famílias que governam a província, em cujo proveito, de quando em quando, se fazem umas curiosas valorizações dos seus produtos. Ai daquele que o fizer!
> A mentalidade desses oligarcas é tal que não trepidaram em fazer votar uma lei colonial, uma verdadeira disposição de carta régia, para, diziam eles, aumentar o preço da "medida" (cerca de quinze quilos) do café. O seu aparelho governativo decretou, em certa ocasião, a proibição do plantio de mais um pé de café que fosse, da data daquela lei em diante. A lei, ao que parece, caiu em desuso. Não era de esperar outra coisa...
> Havia muito ainda a dizer a respeito; mas bastam estes traços para os brasileiros julgarem o que é uma província modelo na República dos Estados Unidos da Bruzundanga. (BARRETO, 2013, p. 119 - 123)[21]

Após a leitura, o professor questiona os alunos sobre se é possível relacionar as características da província do Kaphet, na Bruzandanga, com a representação de algum Estado brasileiro no contexto das primeiras décadas após a proclamação da República, à 15 de novembro de 1889.

São Paulo, o grande imperador do café nacional, certamente é o Estado Satirizado por Lima Barreto na sua obra. Em tons de ironia e deboche, Barreto pinta a imagem da mediocridade da "elite" paulistana, seu ultrajante arrivismo social e o apego a uma mentalidade subalterna do colonizado, que os impedem de valorizar a cultura e a arte da sua própria gente. Após tecer comentários sobre o texto, o professor questiona a turma: na opinião de vocês, existe preconceito regional no Brasil? Por que as pessoas têm preconceitos se afinal somos todos brasileiros? O debate sobre as questões irá motivá-los para o assunto da próxima aula.

Figura 3 - Afonso Henriques de Lima Barreto (1881 – 1922)

[21] Recomendamos que o professor inclua na leitura um glossário com as palavras menos comuns ao universo vocabular dos estudantes.



Legenda: Lima Barreto, na época da 1ª edição de Recordações do Escrivão Isaías Caminha (1909).
Fonte: fotografia retirada da internet. Disponível em: <https://i0.wp.com/www.alpv.org.br/wp/wp-content/uploads/2022/11/img_8439.jpg?resize=474%2C713&ssl=1> Acesso em: 07/06/2025.

4ª aula de 50 minutos:

O professor inicia a aula apresentando o vídeo “O Mito da Democracia Racial” da *webserie* “Coleção Antirracista”[22] (tempo: 10:21min.) Após a exibição do material, o professor pede para que os estudantes, em equipes, debatam e anotem nos seus cadernos as respostas dadas para as seguintes questões:

1. De acordo com o vídeo, por que nunca existiu uma democracia racial no Brasil?

2. Se a ciência já provou a inexistência de raças entre os seres humanos, por que ainda existe o racismo? Qual a diferença entre raça e racismo?

3. É possível relacionar a defesa das teorias raciais pseudocientíficas difundidas no Brasil do início do século XX com a forma como foi realizada a abolição da escravatura? Justifique.

O professor deve escutar as respostas e procurar tecer comentários no sentido de estimular os estudantes a relacionarem o assunto do vídeo àquele que foi tratado nas aulas anteriores. Nesse sentido, podemos perceber que as elites brasileiras engajadas em seu projeto de manutenção de privilégios, irão estimular a difusão de teorias racistas no Brasil para justificar a desigualdade social entre os diferentes grupos étnicos que formaram esta nação. Assim, ao invés de trabalhar para o desenvolvimento de políticas públicas que fizessem avançar a cidadania com a inclusão da população afro-brasileira em um sistema livre de trabalho, unificando

[22] Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=tvBIG_XG2Lw> Acesso em: 07/06/2025.

cada vez mais a nação, preferiram, nas primeiras décadas do século XX, negar a nossa nacionalidade miscigenada, enxergando tal fato da nossa origem como algo negativo e que precisava ser superado através do “branqueamento” da população. Um dos quadros mais representativos do pensamento dessa época é o quadro “a redenção de Cam” (figura 4) do pintor eugenista espanhol Modesto Brocos.

Figura 4 – A Redenção de Cam

Descrição: A pintura de Modesto Brocos (1852 – 1936), de 1895, é uma obra a óleo sobre tela que retrata o gradual clareamento de uma família como fruto do processo da miscigenação racial. A pintura foi usada pelo cientista João Batista de Lacerda (1846 – 1915) para ilustrar sua tese sobre a transformação racial no Brasil através da mistura com imigrantes europeus.

Fonte: fotografia retirada da internet. Disponível em:
< https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Reden%C3%A7%C3%A3o.jpg> Acesso em: 07/06/2025

Proposta de Avaliação:

Lima Barreto foi um escritor negro carioca do início do século XX que se posicionou de forma contrária ao ultrajante debate racial promovido por setores da elite brasileira que condenavam o negro a uma condição de subalternidade na cultura nacional ou de “branqueamento”. Escrevendo em diversos jornais e revistas,

usou também a sua literatura como um instrumento de denúncia contra o racismo. O livro *recordações do escrivão Isaías Caminha,* foi uma obra escrita em tons autobiográficos que expressavam a vontade do autor de transformar a sua literatura em uma ferramenta militante contra a discriminação racial da qual ele também foi vítima. Sabendo disso, os estudantes devem escrever uma redação de no mínimo 20 linhas destacando as contribuições culturais dos povos africanos para a formação da identidade nacional. Quais são as manifestações da cultura Afro-brasileiras?

As melhores redações escolhidas pela turma podem ser expostas na forma de murais, montados juntos com imagens que representem as manifestações da cultura Afro-brasileira, para serem exibidos fora da sala de aula, em locais de grande acesso na escola.

Sequência didática 2: a proclamação da República no Brasil e o desencontro entre Estado e Nação.

Tempo de realização: 4 aulas de 50 minutos.

Público alvo: Turmas do 2º ano do Ensino Médio.

Material necessário: Cópias dos textos sugeridos, material multimídia para projeção (data show, notebook e caixa de som), pincel e quadro.

Objetivos:

- Estudar sobre a proclamação da República no Brasil, à 15 de novembro de 1889, a partir do diálogo com a obra de Lima Barreto e demais fontes históricas.
- Refletir criticamente sobre a construção dos “heróis nacionais” e o papel dos indivíduos na história.
- Estabelecer a relação entre história e literatura, buscando entender quais as aproximações entre o texto historiográfico e o texto literário.

Metodologia:

1ª aula de 50 minutos.

O professor inicia a aula anotando no quadro o tema: *A proclamação da República no Brasil (1889).* Em seguida, inicia a explicação esclarecendo que o movimento republicano inicialmente teve um caráter bastante elitista, a implantação da República no Brasil não foi fruto de um processo revolucionário, em que os

grupos populares tenham participado ativamente, o movimento do 15 de novembro se constituiu no primeiro golpe militar da nossa história.

O professor pede então para um dos alunos ler o trecho retirado do livro *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, do historiador José Murilo de Carvalho:

> O povo assistiu bestializado à proclamação da República, segundo Aristides Lobo; não havia povo no Brasil, segundo observadores estrangeiros, inclusive os bem informados como Louis Couty; o povo fluminense não existia, afirmava Raul Pompéia. Visão preconceituosa de membros da elite, embora progressistas? Etnocêntrica de Franceses? Mais do que isto. A liderança radical do movimento operário também não parava de se queixar da apatia dos trabalhadores, de sua falta de espírito de luta, de sua tendência para a carnavalização das demonstrações operárias, especialmente nas celebrações de 1º de maio. Quando se tratava do próprio carnaval, os anarquistas não hesitavam em usar a expressão forte de Aristides Lobo: a festa revelava, do lado dos participantes, ignorantes e imbecis, do lado dos assistentes, uma turba de bestializados; nos dois casos, um povo incapaz de pensar e de sentir (CARVALHO, 1987, p. 140).

Após a leitura, o professor pode debater com a turma as seguintes questões:

1. O que é República?

2. Por que Aristides Lobo afirmou que “o povo assistiu bestializado à proclamação da República”?

3. É possível existir uma República sem povo? Quem proclamou a República no Brasil?

4. Vocês acham que o povo brasileiro se interessa por política? ou aceita passivamente as decisões tomadas por quem está no poder?

Após escutar as respostas, o professor divide a turma em grupos menores de quatro ou cinco estudantes e distribui cópias, ou com auxílio de algum meio de reprodução digital, de um capítulo do livro *Os Bruzundangas* de Lima Barreto, intitulado “a política e os políticos da Bruzundanga” (ver anexo C), esclarecendo que o livro é uma coletânea de sátiras, publicadas postumamente em 1922, em que o escritor apresenta uma nação fictícia onde suas instituições políticas são todas corrompidas e sua sociedade é formada por valores perversos e contraditórios. Em seguida, pede para que os alunos realizem a leitura do texto e anotem em seus cadernos as respostas sobre as seguintes questões:

1. O comportamento dos políticos da Bruzundanga possui alguma semelhança com o praticado pelos políticos do Brasil? Justifique.

2. Por que a Bruzundanga apesar de ser um “país rico, no dizer de todos.” sua população vive na miséria? De acordo com o texto, quem são os responsáveis pela miséria da Bruzundanga?

3. Por que na Bruzundanga os políticos não se enxergam como parte do seu povo?

4. No final do texto, o autor afirma que “a República dos Estados Unidos da Bruzundanga tem o governo que merece.” Você acha que o Brasil, assim como a Bruzundanga, tem o governo que merece? Justifique.

O professor encerra, avisando que na próxima aula serão apresentadas as respostas das questões anotadas no caderno.

2ª aula de 50 minutos.

O professor inicia a aula pedindo para que os alunos leiam as respostas dadas para as questões levantadas na aula anterior. Em sua sátira, Lima Barreto descreve um cenário bastante desolador para o país da Bruzundanga, governada por uma classe de políticos medíocres, corruptos e que odeiam o seu próprio povo, ao mesmo tempo, possui um povo de índole passiva que aparentemente não se rebela contra essa situação. No entanto, o narrador/personagem afirma que - “não desanimarei, e ainda mais uma vez lembro, para bem esclarecer o que fica dito acima, que o grande Bossuet disse que a política tinha por fim fazer a felicidade dos povos e a vida cômoda.” (BARRETO, 2013, p. 45). O professor pode levantar as seguintes questões: Vocês concordam que a política pode construir a felicidade dos povos e torna a vida cômoda? O que os políticos poderiam fazer para tornar a vida das pessoas melhor no Brasil? Por que não fazem?

Após as reflexões o professor segue a aula explicando que a ausência de participação popular no movimento do 15 de novembro teve como consequência a formação de um governo de tendências ditatórias e oligárquicas, que irá promover uma reestruturação dos poderes entre as elites tradicionais do império, desencadeando um processo de intensas perseguições e disputas violentas pelo poder. A crise política e econômica que se instaurou no Brasil após a proclamação da República, criou a necessidade de um reordenamento das relações sociais de poder. A antiga aristocracia senhorial do império, que tinha os seus privilégios reconhecidos pelas seculares relações de ordem parental e controle hereditário da propriedade, ver em poucos anos o seu nome e brasão equiparados ao ideal do

Burguês empreendedor e competitivo advindo das mais diversas camadas sociais. O espírito liberal da República criava a necessidade da construção de novos valores simbólicos de distinção social, se o nome da família e o título de nobreza da época do império não eram mais suficientes para a demarcação da posição de poder na sociedade, a ostentação material e o ideal cosmopolita respondiam a essas novas necessidades. A administração do Estado Republicano irá criar uma enorme demanda por funcionários públicos e o ingresso nas fileiras do funcionalismo significava a possibilidade de uma passagem tranquila pela vida, com obtenção de remunerações confiáveis e certa estabilidade, desde que apoiasse sempre os políticos da situação na República.

Dessa forma, essa certa "corrupção estrutural" do Estado Republicano irá surgir a partir da busca de privilégios por determinados setores sociais que buscavam, e ainda buscam, formas de perpetuar as relações de desigualdade através do apoio de uma força institucional reconhecida por todos, ou por uma grande maioria, como a única capaz de promover o bem estar para a sociedade. Para fundamentar a sua tese, o professor pode pedir para um dos alunos ler o seguinte trecho retirado do livro *Ralé Brasileira: quem é e como vive,* do sociólogo Jessé Sousa:

> (...) São esses setores que, apesar de terem crescido à sombra do Estado, hoje querem cortes de gastos públicos e menos impostos para educação e saúde da maioria da população excluída. São esses setores que vivem em condomínios privados e pensam terem expulsado a violência para os "outros". São esses setores que naturalizam a desigualdade ao culpar as vítimas e que se percebem como vencedores virtuosos e legítimos das benesses sociais e dos privilégios em todas as dimensões. São esses setores, enfim, que só conseguem perceber a "reprodução da sociedade" sob a forma amesquinhada e superficial da "reprodução do mercado". (2009, p. 88)

O professor pode seguir sua argumentação tentando demonstrar como o comportamento dos políticos da Bruzundanga se assemelha com os do Brasil, pois nos dois países a atividade política republicana é exercida por indivíduos que enriquecem através do Estado, ao mesmo tempo que pregam as "virtudes" do livre mercado para o restante da população.

Próximo ao fim da aula, o professor pode pedir para que, em equipes, os estudantes pesquisem sobre casos de corrupção, que envolvam agentes políticos, da história recente do Brasil. Após estudar sobre o caso, os alunos devem elaborar uma charge política, usando de humor e ironia, para comentar sobre o caso. O

professor pode exibir exemplos de charges políticas, com o uso de data show, para um melhor entendimento da turma em relação à atividade proposta.

3ª aula de 50 minutos.

O professor inicia a aula com a apresentação das charges políticas desenvolvidas pelos estudantes na aula anterior. Em seguida, o professor anota no quadro o tema da aula: “O Brasil republicano – entre o poder dos militares e o poder das oligarquias”. Os conflitos entre o executivo e o legislativo nacional levaram à deposição do presidente militar eleito Deodoro da Fonseca (1889-1891) e à ascensão do vice Floriano Peixoto (1891-1894). O governo deste foi marcado pela oposição das oligarquias estaduais, que contestavam a constitucionalidade e as medidas centralizadoras tomadas pelo mesmo. Após um período de instabilidade com vários conflitos armados violentos, Floriano consolida a república, que passa a ser dominada por um esquema político-eleitoral arquitetado durante o governo do presidente Campos Sales (1898-1902) que ficou conhecido como política dos governadores.

Inspirado nesses acontecimentos, o escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto (1881 – 1922) publicou em 1915 o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, obra em que o autor mistura ficção com realidade, ao ambientar sua narrativa em fatos históricos, para construir sua caricatura da sociedade brasileira. Lima Barreto interpretava esse momento, dos primeiros anos da república no Brasil, como o desenrolar de um movimento profundamente apartado dos verdadeiros interesses e causas populares, ou seja, para o romancista carioca a implantação do regime republicano no Brasil, não conseguiu trazer para o centro do debate político nacional a promoção dos interesses da coisa pública, nem conseguiu fazer avançar o acesso à cidadania. Assim, em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Lima Barreto volta sua palavra contra uma medíocre classe de políticos e enganadores nacionais. O ponto máximo da sua crítica se dá quando realiza sua descrição do marechal Floriano Peixoto (Ver anexo D). A opção do escritor, por caracterizar tão proeminente estadista nacional destacando sua preguiça, ignorância, infantilidade e cumplicidade com a violência, contrasta com a descrição das ações do estadista, que entrou para a história com a alcunha de “Marechal de Ferro”, encontrada em fontes da internet:

> Distinguiu-se na política e na carreira militar, sendo presidente da província do Mato Grosso. Durante o governo provisório, em 1890, foi escolhido como Ministro da Guerra, e, no ano seguinte, foi eleito como vice-presidente do Marechal Deodoro da Fonseca (1827-1892).
> Quando Deodoro da Fonseca renúncia ao cargo, Floriano, como seu vice, assume a presidência do Brasil no dia 23 de novembro de 1891.
> Durante seu governo, manteve o pulso firme, uma vez que o país passava por uma forte crise econômica e política, após a Proclamação da República (1889).
> Na ocasião, muitas pessoas se posicionaram contra sua ascensão ao poder, posto que não consideravam legítimo seu mandato, pois assume o cargo de vice sem eleições diretas. Por isso, almejavam a convocação de novas eleições.
> No entanto, o "Marechal de Ferro" governou entre 1891 e 1894 e suas políticas estiveram pautadas, em grande parte, nos setores mais populares. Diminuiu os impostos, preços dos produtos e das habitações, o que gerou grande admiração da população.
> Por sua vez, nesse período o populismo de Floriano incomodou grande parte da elite do país, sobretudo da oligarquia cafeeira, liberal e descentralizada.
> Isto gerou revoltas pelo país, tal qual a Revolução Federalista (1893-1895), no Rio Grande do Sul, desencadeada pelos federalistas de um lado e republicanos de outro.
> Também enfrentou a Revolta Armada (1893), rebelião liderada pela Marinha, no Rio de Janeiro. Para acabar com as revoltas, Floriano utilizou da força e violência.[23]

Após realizar a leitura da parte do romance e do trecho retirado da internet, o professor pode pedir para que os alunos, em equipes, debatam e anotem nos seus cadernos as respostas dadas para as seguintes questões:

1. Qual a diferença entre a descrição feita por Lima Barreto, em seu romance, sobre o Marechal Floriano Peixoto e a realizada pelo texto retirado da internet?
2. O que você acha que levou Lima Barreto a optar por descrever Floriano Peixoto dessa forma em seu romance?

4ª aula de 50 minutos.

O professor inicia a aula solicitando que os estudantes realizem a leitura das respostas dadas para as questões propostas na aula anterior. Em seguida, para melhor fixar o entendimento sobre o realismo e a sátira presente na composição da escrita de Lima Barreto, o professor pode pedir que desenvolvam a seguinte atividade: cada estudante deve escrever em seu caderno um texto em tom satírico descrevendo alguma personalidade política brasileira, destacando os aspectos físicos, intelectuais, morais ou biográficos da personalidade escolhida, sem citar o

[23] Disponível em:< https://www.todamateria.com.br/floriano-peixoto> Acesso em: 10/06/2025.

nome da pessoa. O desafio é fazer com que os colegas descubram a quem se refere a exagerada descrição (30 minutos).

Dando prosseguimento as explicações o professor esclarece que: nas primeiras décadas do século XX, período em que Lima Barreto viveu e produzi seus escritos, o domínio das oligarquias sobre o sistema republicano nacional passou a ser completo, solapando qualquer possiblidade de oposição e pervertendo o sentido de democracia e cidadania geralmente associadas a esse regime, pois a corrupção, o coronelismo e o voto de cabresto passaram a ser a regra do sistema eleitoral. Foi nesse contexto que Lima Barreto produziu a sua literatura, na tentativa de expressar e ao mesmo tempo denunciar os conflitos inerentes a essa sociedade, pois esse era o grande ideal da literatura engajada produzida pelo autor: demonstrar o que seria o Brasil sob a ótica das suas desigualdades, através da construção de uma caricatura que pudesse justamente expressar o peso dessas contradições na construção do Estado nacional.

Após realizar essas reflexões críticas, o professor pode pedir para que os alunos debatam em equipes e anotem as respostas dadas para as seguintes questões: Qual a relação entre história e literatura? De que forma a literatura pode influenciar na construção das narrativas históricas e vice-versa?

Proposta de Avaliação:

Participação durante as leituras e debates, resolução das atividades propostas em sala de aula e extraclasse, produções textuais e apresentações dos alunos. Para valorizar as produções realizadas pelos estudantes, o professor pode solicitar que os mesmos montem painéis com as charges políticas criadas e preguem nas paredes da sala, para que assim outros professores e outras turmas possam visualizar e refletir sobre o tema desenvolvido durante as aulas.

Sequência didática 3: Nacionalismo, história e literatura na obra de Lima Barreto.

Tempo de realização: 4 aulas de 50 minutos.

Público alvo: Turmas do 3º ano do Ensino Médio.

Material necessário: Cópias dos textos sugeridos, material multimídia para projeção (data show, notebook e caixa de som), pincel e quadro.

Objetivos:

- Valorizar a cultura nacional a partir do entendimento da diversidade da formação do povo brasileiro;
- Promover entre professores e alunos reflexões que permitam a entendimento sobre as consequências de determinados acontecimentos do passado e sua influência na formação das instituições políticas nacionais;
- Perceber as contribuições da literatura na elaboração de sínteses explicativas sobre a cultura nacional brasileira.

Metodologia:

1ª aula de 50 minutos.

O professor inicia explicando para os alunos que vamos estudar história de uma maneira diferente, ao invés de nos apegarmos apenas a narrativa apresentada no livro didático, vamos estudar sobre o passado do Brasil recorrendo a outras fontes e discursos. Dessa forma, iremos utilizar o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, do escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto (1881 – 1922), para que possamos refletir sobre elementos da realidade política e cultural brasileira a partir da ambientação narrativa do romance. As análises descritivas realizadas pelo autor, a partir dos problemas vivenciados pelos seus personagens, podem nos levar a estabelecer relações diretas com fatos históricos ocorridos no Brasil no final do século XIX.

Dando prosseguimento, o professor explica para os alunos que toda narrativa, seja visual ou verbal, se expressa através de um “contexto demonstrativo” de símbolos, objetos e valores que são capazes de despertar no leitor a ambientação de uma determinada época. A descrição ou visualização da vestimenta, dos objetos, dos valores morais e até mesmo da fala dos personagens levam o público a perceber em que período se passa a história, se no passado, presente ou futuro. Para motivar os alunos, o professor pode apresentar um pequeno resumo da obra, destacando os principais personagens e a ambientação narrativa do livro. Em seguida, o professor pode levantar as seguintes questões: O que vocês sabem sobre a proclamação da república no Brasil? Por que a República foi proclamada no Brasil? Quem proclamou a república no Brasil? Quem foi Floriano Peixoto?

Devido a seu amplo universo temático, a obra de Lima Barreto nos permite refletir sobre diversos “contextos demonstrativos” da sociedade de sua época e a permanência de determinados padrões de conduta na sociedade atual. Como

exemplo, podemos refletir sobre o reconhecimento dos valores culturais dos povos indígenas na nossa sociedade a partir da ação do personagem Policarpo Quaresma, que na ficção enviou ao Congresso Nacional uma petição na qual solicitava que o mesmo decretasse o tupi-guarani como língua oficial do povo brasileiro. (Ver Anexo A).

Após desenvolver algumas reflexões sobre a ação do personagem criado por Lima Barreto[24], o professor pode realizar junto com a turma a leitura, com auxílio de *data show,* da matéria publicada pelo *Diário de Notícias* e que viralizou na internet em novembro de 2021. A reportagem publicada com o título *"Há crianças portuguesas que só falam 'brasileiro'"*[25]*,* trata sobre a possível influência do youtuber brasileiro Luccas Neto na transformação linguística que estaria sendo operada entre as crianças portuguesas fãs do comunicador, que se especializou em produzir conteúdos voltados para o público infantil. A matéria destaca a preocupação de pais de crianças portuguesas, que chegaram a levar seus filhos pequenos a sessões de terapia da fala para aprender a falar português de Portugal, enquanto outros passaram a controlar mais os conteúdos que os filhos assistem na internet, passando a dar preferência para conteúdos dublados em português de Portugal. O texto também destaca a fala da professora de linguística Catarina Menezes que se posiciona:

> "Eu penso que poderia ser interessante incorporar estas linguagens na escola. Porque elas podem ser descontruídas e trabalhadas. Podemos ver como é que palavras diferentes podem designar uma mesma realidade, sobretudo em diferentes contextos culturais. E às vezes até na própria sala de aula, porque aí também existe uma interculturalidade que não existia", enfatiza. "E não é preciso dramatizar, porque tudo faz parte da vida da língua: há palavras que são transitórias, mas também há palavras que vão ficando e são incorporadas pela própria língua"[26].

O professor pode refletir sobre os dois textos no sentido de tentar promover entre os estudantes a percepção de que a língua é um instrumento de dominação cultural e reprodução de valores entre os povos, pois o idioma também reproduz o modelo cultural de um grupo dominante em uma dada sociedade. No caso do Brasil, a adoção do idioma de Portugal se deu através da força, com a imposição do decreto do Marquês de Pombal em 1757 e a consequente homogeneização

[24] Recomendamos a leitura do item "1.2. O confronto: Lima Barreto e a construção de um projeto de nação para o Brasil" da presente dissertação.
[25] Disponível em: <https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/ha-criancas-portuguesas-que-so-falam-brasileiro-14292845.html> Acesso em: 13/06/2025.
[26] Idem.

linguística promovida por todos os órgãos do aparelho administrativo do Estado metropolitano português no Brasil. Em relação aos pais das crianças portuguesas que só falam brasileiro, podem ficar tranquilos, pois um produto da indústria cultural como Luccas Neto nunca terá a mesma eficiência para humilhar e escravizar crianças como seus antepassados portugueses fizeram. Terapia Funcional.

2ª aula de 50 minutos.

Dando prosseguimento à leitura do romance de Lima Barreto, o professor explica que os conflitos entre o executivo e o legislativo nacional na primeira república levaram à deposição do presidente militar eleito Deodoro da Fonseca e à ascensão do vice Floriano Peixoto. O governo deste foi marcado pela oposição das oligarquias estaduais, que contestavam a constitucionalidade e as medidas centralizadoras tomadas pelo mesmo. Esse momento de instabilidade política é interpretado pelo autor de Policarpo Quaresma como um movimento de desencontro entre o poder constituído em disputa e as verdadeiras causas e interesses populares, ou entre o poder constituído e a cidadania. Quaresma ridiculariza um movimento militar marcado por massacres e confrontos violentos, que entrou para a história com o nome de *Revolta da Armada*, como um movimento completamente desprovido de ideais, ou ideologias, pelos seus participantes, que teria caído em uma espécie de anedota (piada) popular pelas ruas do Rio de Janeiro (ver Anexo E). O professor pode realizar comparações entre essa visão anedótica da Revolta da Armada com a narrativa expressa pelo livro didático, ou em outras fontes retiradas da internet[27], sobre esse evento da nossa história republicana.

Em seguida, o professor divide a turma em equipes e pede para que os alunos debatam e anotem no caderno as respostas dadas para as seguintes questões:

1. Quais foram os motivos que levaram a Revolta da Armada (1893-1894) no Brasil?

2. Por que Lima Barreto escolheu retratar como uma “piada” ou “divertimento” uma revolta que deixou centenas de mortos e feridos no Brasil?

3. Quais as consequências da Revolta da Armada para a república brasileira? Quem ganhou e quem perdeu o conflito?

[27] Ver: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/a-revolta-armada.htm> Acesso em: 14/06/2025.

4. Floriano Peixoto (1839 – 1895) entrou para a história como o “consolidador da República”, o que vocês acham sobre a participação dos militares na política nacional? O governo de Floriano foi bom ou ruim para o Brasil? Justifique.

Próximo ao final da aula, o professor pode escutar as respostas dos alunos, sempre procurando estabelecer as relações entre os fatos históricos e a narrativa ficcional elaborada pelo autor de Policarpo Quaresma.

3ª aula de 50 minutos.

Através da sua literatura, Lima Barreto apresentava a crítica ao culto sacralizado da diplomação, vista como sinônimo de domínio do conhecimento ou de obtenção de um espírito mais elevado em relação às coisas das ciências, denunciando o caráter de classe e de dominação das instituições de ensino superior da sua época. Tal crítica pode ser bem demonstrada no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* através da descrição da medíocre figura do Dr. Armando Borges, esposo de Olga (ver Anexo F). O que conferia a Armando Borges o seu prestígio social era a sua origem aristocrática e o seu diploma de Bacharel, não o seu real interesse pelos estudos ou coisas da ciência, que nele eram tidas como superficiais ou ingênuas.

A cultura mandonista ainda existente no Brasil, criou uma verdadeira hierarquia dos saberes e das profissões, fazendo com que muitos jovens, atualmente, escolham direcionar seus estudos não para aquilo que realmente gostem ou sintam paixão, mas para aquilo que lhes trará um maior retorno financeiro e prestígio social a curto prazo. Dessa forma, temos hoje no mercado diversos profissionais como o Dr. Armando Borges, oportunistas, interesseiros, apegados a velharias e valores morais ultrapassados.

Após fazer a leitura do trecho destacado da obra e tecer comentários, o professor pode pedir para que os alunos elaborem um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema “dificuldades enfrentadas pelos jovens para a sua escolha profissional na atualidade”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos, descrevendo como a sociedade atua sobre as escolhas dos indivíduos tolhendo as suas expectativas e sonhos.[28]

4ª aula de 50 minutos.

[28] Adaptado modelo de redação do ENEM.

O professor inicia apresentando o tema da aula: “Literatura e engajamento social na primeira república”. Em sequência, comunica a exibição da palestra proferida pelo professor João Cezar de Castro Rocha, no programa Café filosófico, com o título “Literatura brasileira: missão ou entretenimento?”[29] (40 minutos)

As mudanças políticas e estruturais implementadas na sociedade brasileira no final do século XIX repercutiram na criação de um movimento cultural, que se apoiava nos setores médios urbanos e modernizadores nacionais, influenciando na formação de uma base crítica de homens letrados, que vão dedicar a sua palavra para denunciar as mazelas e contradições do sistema oligárquico republicano. A crítica de Lima Barreto aos poderosos de sua época chega a assumir, muitas vezes, um tom moral e inquisidor; recorrendo à sátira, o escritor descreve os políticos de sua época como pessoas medíocres, desprovidas de qualquer senso de ética e espírito público.

Os conflitos sociais expressos através da literatura engajada no início do século XX irão contribuir para gradativamente minar a base de sustentação política da Primeira República (1889-1930), influenciando a geração seguinte de escritores e cientistas sociais preocupados em interpretar o Brasil sob a ótica do conflito. Antônio Candido assim descreveu a influência desse movimento de continuidade da literatura brasileira, que consolidou a estética literária do Modernismo na esteira do movimento de 1930:

> Sob este ponto de vista, o decênio mais importante é o seguinte, de 1930. Na maré montante da Revolução de Outubro, que encerra a fermentação antioligárquica já referida, a literatura e o pensamento se emparelham numa grande arrancada. A prosa, liberta e amadurecida, se desenvolve no romance e no conto, que vivem uma de suas quadras mais ricas. [...]
> Ao lado da ficção, o ensaio histórico-sociológico é o desenvolvimento mais interessante do período. A obra de Gilberto Freyre assinala a expressão, neste terreno, das mesmas tendências do Modernismo, a que deu por assim dizer coroamento sistemático, ao estudar com livre fantasia o papel do negro, do índio e do colonizador na formação de uma sociedade ajustada às condições do meio tropical e da economia latifundiária (*Casa-grande e senzala*, *Sobrados e mucambos*, *Nordeste*). Outras obras completam a sua, válida sobretudo para o Nordeste canavieiro, como a síntese psicológica de Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*) e a interpretação materialista de Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil contemporâneo*, *História econômica do Brasil*) (CANDIDO, 2000, p. 113-114).

Nessa ótica, podemos inferir que as ciências sociais brasileiras se consolidaram graças à literatura que contribuiu tanto para estimular a criticidade do

[29] Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TJF8h6ddHOI&t=1351s> Acesso em: 14/06/2025.

público leitor como para construir sínteses explicativas da sociedade de sua época, que irá de forma dialética refletir e ao mesmo tempo transformar a sociedade brasileira.

Proposta de Avaliação:

O professor pode dividir a turma em equipes e pedir para que os estudantes prepararem apresentações com reflexões críticas de outros diálogos possíveis de serem estabelecidos entre o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma,* de Lima Barreto, e eventos ou personagens ligados aos primeiros anos da implantação da República no Brasil. As apresentações devem buscar estabelecer paralelos entre a narrativa ficcional e a descrição dos fatos realizada por outras fontes da história, buscando responder as seguintes questões: Por que Lima Barreto resolveu retratar dessa maneira tais fatos na sua ficção? Quais os limites entre a verdade histórica e a narrativa ficcional?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, consideramos que ficção e realidade se confundem nas diversas experiências dos indivíduos que vivem em sociedade. Entendemos que qualquer análise histórica ou sociológica que menospreze qualquer aspecto da produção material humana no tempo e espaço é reducionista nas suas conclusões, pois as fontes sempre nos trarão uma visão parcelada da realidade. Nesse sentido, a literatura constrói a realidade na medida em que a ficção inventada por seus autores cria narrativas interpretativas sobre o universo social e cultural vivenciado pelos mesmos.

Procuramos demonstrar como as narrativas literárias produzidas pelo escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto podem ser utilizadas nas aulas de história, na perspectiva de entender as relações sociais existentes no seu texto como representativas das "demandas civilizadoras" da sua época e seu engajamento em relação às mesmas. Entendendo os textos produzidos por Lima Barreto como representações da cultura escrita e da memória social em disputa sobre uma determinada época, passamos a refletir sobre as condições históricas da

sua produção escrita, as estratégias de publicação e reprodução dos seus textos, bem como seus aspectos biográficos e redes de sociabilidades.

Acreditamos que a perspectiva engajada da literatura do autor estudado nos traz a possibilidade do desenvolvimento de reflexões críticas sobre os conflitos sociais ainda existentes na República brasileira. O caráter elitista do Estado republicano nacional e a sua cidadania restritiva denunciada por Lima Barreto podem nos levar a refletir, a partir do estabelecimento de relações entre os diversos tempos históricos, sobre aspectos inconclusos da nossa atual cidadania.

A construção de novas propostas didáticas para o ensino de História nas escolas deve pautar-se no entendimento dessa disciplina como construtora de narrativas do passado sempre influenciadas pelo tempo presente. Muito mais importante do que levar informações sobre fatos ocorridos no passado aos estudantes é ensiná-los a "pensar historicamente", pois dessa forma o aluno poderá realizar relações entre os fatos ocorridos no passado e as questões e desafios que lhes são propostos no seu tempo.

No contexto atual, o projeto didático aqui desenvolvido vai ao encontro da demanda de aplicação da BNCC nas escolas. O projeto pode ser trabalhado dentro da competência específica 1 com o desenvolvimento das habilidades EM13CHS101 e EM13CHS102 da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas[30].

Por fim, acreditamos que este trabalho pode servir de subsídio aos professores da educação básica que pretendem utilizar outras linguagens em sala de aula, a partir da promoção do entendimento de que a literatura pode alargar as possibilidades de interpretações do estudante sobre os temas abordados. Ademais, acreditamos que o estabelecimento de elos entre passado e presente, partindo dos textos de Lima Barreto, podem nos ajudar a refletir sobre a permanência de problemas políticos e sociais que assolam a sociedade brasileira

[30] Competência Específica 1: Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica.
Habilidade EM13CHS101: Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
Habilidade EM13CHS102: Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio/ciencias-humanas-e-sociais-aplicadas-no-ensino-medio-competencias-especificas-e-habilidades> Acesso em: 14/06/2025.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1993.

BARRETO, Lima. **Contos completos**. Organização e introdução de Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BARRETO, Lima. **Diário íntimo**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas** [recurso eletrônico]. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. Fortaleza: Diário do Nordeste, 1998.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma** [recurso eletrônico]. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2019.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto** [1952]. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

BOSI, Alfredo**. Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CABRAL, José Diego Azevedo. **A literatura como linguagem e fonte para o ensino de história:** as crônicas de Lima Barreto e as possibilidades para se ensinar história. 2020. 127 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA) – Universidade Regional do Cariri (URCA), Crato, 2020.

CANDIDO, Antonio**. Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz; Publifolha, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney; PERREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **A história contada:** capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. 2. ed. Algés – Portugal: Difusão Editorial, 1988.

CURY, Maria Zilda Ferreira. **Um mulato no reino de Jambom:** as classes sociais na obra de Lima Barreto. São Paulo: Cortez, 1981.

ENGEL, M. G. et al. **Crônicas cariocas e ensino de História.** Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

FERREIRA, Antonio C. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011. p. [especificar intervalo de páginas, se possível].

FONSECA, Selva G. **Didática e prática de ensino de história:** experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: Papirus, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEE, Peter. **Educação histórica, consciência histórica e literacia histórica.** In: BARCA, Isabel (org.). Estudos de consciência histórica na Europa, América, Ásia e África. Braga: UMinho, 2008. p. [especificar páginas].

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Toda crônica:** Lima Barreto. V. 1. Apresentação e notas Beatriz Resende; organização Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, 2004.

MATTOS, Ana Lúcia Ferreira de. **Rompendo mordaças e muros:** Lima Barreto e o enfrentamento do racismo na aula de história. 2019. 97 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTÓRIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, 2019.

NORONHA, Carlos Alberto Machado. **Lima Barreto e a cultura histórica:** diálogos e disputas em torno da memória nacional (1903–1922) [manuscrito]. 2019. 345 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2019.

OLIVEIRA, Irenísia Torres de. **Realismo e sátira nas Recordações do escrivão Isaías Caminha**. Literatura e sociedade, São Paulo, n. 1, p. 81–99, nov. 2010.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora**. Literacia histórica:** um desafio para a educação histórica no século XXI. História & Ensino, Londrina, v. 15, p. 09–22, ago. 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz**. Lima Barreto:** triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Ítala Byanca Morais da. **Tristão de Alencar Araripe e a história do Ceará.** Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

SILVA, Marcos Renan Praciano da. **Entre a história e a literatura – Lima Barreto:** narrativas sobre a pobreza nas primeiras décadas do Brasil Republicano (1900–1922). 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2017.

SOUZA, Renato Dias de. **As representações do nacionalismo em Lima Barreto** [manuscrito]. 2017. 259 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2017.

SOUSA, Jessé et al. **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

TAVARES, Eva Volite Coelho. **Ciência e literatura em Lima Barreto.** 2015. 71 f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestrado em História da Ciência, 2015.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ANEXOS

Anexo A: Petição de Policarpo Quaresma enviada ao Congresso Nacional.

"Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se veem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que, dentro do nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir azedas polêmicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma – usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani como língua oficial e nacional do povo brasileiro.

O suplicante, deixando de parte os argumentos históricos que militam em favor de sua ideia, pede vênia para lembrar que a língua é a mais alta manifestação da inteligência de um povo, é a sua criação mais viva e original; e, portanto, a emancipação política do país requer como complemento e consequência a sua emancipação idiomática.

Demais, Senhores Congressistas, o tupi-guarani, língua originalíssima, aglutinante, é a única capaz de traduzir as nossas belezas, de pôr-nos em relação com a nossa natureza e adaptar-se perfeitamente aos nossos órgãos vocais e cerebrais, por ser criação de povos que aqui viveram e ainda vivem, portanto possuidores da organização fisiológica e psicológica para que tendemos, evitando-se dessa forma as estéreis controvérsias gramaticais, oriundas de uma difícil adaptação de uma língua de outra região à nossa organização cerebral e ao nosso aparelho vocal – controvérsias que tanto empecem o progresso da nossa cultura científica e filosófica.

Seguro de que a sabedoria dos legisladores saberá encontrar meios para realizar semelhante medida e cônscio de que a Câmara e o Senado pesarão o seu alcance e utilidade

P. e E. deferimento." (2019, p. 55 – 56)

Anexo B: Trecho do livro.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992. P. 241 – 245.

II.

Convém agora voltar os olhos para a participação tardia, mas eficaz, dos que detinham os cordéis mais fortes da economia nacional: os fazendeiros do Centro-Sul.

À diferença das posições de Tavares Bastos, Nabuco, Rebouças, Rui Barbosa, Luís Gama, Patrocínio e Antônio Bento, a consciência social dos cafeicultores e de seus porta-vozes no Parlamento se constituiu lentamente e sempre colada a seus planos econômicos de curto ou médio prazo. Se o objetivo dos primeiros era emancipar o escravo o quanto antes, a meta dos últimos era, e foi coerentemente, passar do trabalho escravo para o livre em tempo hábil e sem maiores prejuízos. Se, a uma certa altura (1886-8), os esforços de todos se cruzaram, provocando a Lei Áurea, o sentido imanente das ações dos primeiros nunca se identificou com o das ações dos segundos.

Os abolicionistas queriam libertar o negro; os cafeicultores precisavam substituir o negro. Daí, a diferença de ritmo e de acento. Os abolicionistas aceleravam o processo, porque pensavam em aliviar o sofrimento do escravo; os fazendeiros retardaram quanto puderam a ação do Estado, pois só cuidavam do quantum de mão-de-obra que ainda lhes seria dado atrancar aos derradeiros cativos antes de despachá-los para o vasto mundo da pura subsistência ou do *lumpen*.

As cautelas do Partido Republicano Paulista, que tanto indignaram Luís Gama, e a sua adesão de última hora só se compreendem à luz do contexto pragmático de onde saíram. Hoje, calados os louvores sem medida com que se exaltou a lucidez ou o espírito moderno dos fazendeiros do Oeste Novo, pode-se reconstituir com isenção os passos deveras prudentes dados pelos homens do café, desde a sua aberta recusa à Lei do Ventre Livre (os votos de Rodrigo Silva e Antônio Prado em 1871), até o seu ingresso no movimento já triunfante em 1887; então, o problema da força de trabalho já fôra equacionado em termos de imigração europeia maciça subvencionada pelos governos imperial e provincial.

Os estudos de Conrad e Gorender, que ratificam, por sua vez, pontos de vista de Joaquim Nabuco e José Maria dos Santos, põem a nu a relutância dos

republicanos paulistas, muito sensíveis nos anos 70 no que tocasse a medidas drásticas.

Em oposição aos liberais pós-68, como André Rebouças, que propunham o regime da pequena propriedade, a extinção imediata do trabalho compulsório e a modernização via indústria, os republicanos da grande lavoura centraram baterias no seu projeto de descentralização oligárquica. Cada província, de acordo com o espírito do Manifesto de 1873, deveria resolver, a seu modo e no tempo favorável, o problema da substituição do braço escravo. Nessa altura, o tráfico interprovincial ainda trazia levas consideráveis de negros do Nordeste para São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

> Em 1870, dizia-se na Assembleia Legislativa de São Paulo, que esta era a Província que menos deveria recear a diminuição de braços, pois aí estavam se concentrando todos os escravos do Norte do Império. Nessa ocasião, Paulo Egydio defendia a legitimidade do comércio de escravos, considerando-o ""uma indústria muito legítima e consagrada entre nós". Manifestava-se contra a restrição dessa liberdade pela sobrecarga de impostos: meia sisa, impostos imperiais e municipais, gravando as vendas.[31]

A abolição, que para as províncias do Norte e Nordeste e para os profissionais urbanos poderia vir sem maiores traumas, não interessava ainda aos fazendeiros de São Paulo que apenas esboçavam os seus projetos de migração. Um dado de fato: até 1880 o governo provincial de São Paulo nada gastou com a vinda de braços europeus. Para os bandeirantes do café a ideologia conveniente parecia ainda ser a *beatitude physiocratica* que já irritava os primeiros defensores sistemáticos da indústria nacional. Estes, citando exemplos franceses e *yankees,* lutavam por uma política protecionista que escorasse a nascente indústria. Mas em vão. O café mantinha a primazia absoluta. A Associação Industrial clamava pela "proteção regeneradora das Leis do Estado, sem a qual elas irremediavelmente tombarão no abismo em que já tem-se afundado muitas das suas irmãs".[32]

Ao constituir-se, o Partido Republicano Paulista receava confundir as suas águas com a maré montante do novo liberalismo do qual, porém, recebera alguns apoios significativos, rescaldos da crise política de 1868. Mas para pôr as coisas no seu devido lugar, advertia a Comissão do Partido aos 18 de janeiro de 1872:

---

[31] Atas da Assembleia Legislativa de São Paulo de 1870, apud Emília Viotti Costa, Da *senzala à colônia*, São Paulo, Difel, 1966, p. 132.

[32] In Biblioteca da Associação Industrial, ""O trabalho nacional e seus adversários", Rio de Janeiro, 1881, p. 13, apud Edgard Carone, O pensamento industrial no Brasil (1880-1945), São Paulo, Difel, 1977, p. 151

> Aproveitando-me da oportunidade, pedimos a vossa atenção e esforço no intuito de neutralizar os meios com que insidiosamente procura o obscurantismo, consorciado com a má-fé, desconceituar os sectários da democracia, apresentando-os como propugnadores de doutrinas fatais [sic] ao país. Entre as armas de que se têm servido há uma que, manejada com hábil pertinácia, pode chegar a seu alvo. Referimo-nos ao boato, adrede espalhado, deque o partido republicano proclama e intenta pôr em prática medidas violentas para a realização da sua política e para a abolição da escravidão [...] Cumpre não esquecer que, se a democracia brasileira consubstanciasse em suas reformas práticas semelhantes pensamentos, alienaria de si a maior parte das adesões que tem, e as simpatias que espera atrair. Sendo certo que o partido republicano não pode ser indiferente a uma questão altamente social, cuja solução afeta todos os interesses, é mister entretanto ponderar que ele não tem e nem terá a responsabilidade de tal solução, pois que antes de ser governo estará ela definida por um dos partidos monárquicos.[33]

A partir desse momento separavam-se em São Paulo a propaganda republicana e a campanha abolicionista. No Congresso Republicano de 73 as posições se aclaram e precisam:

> Se o negócio for entregue a nossa deliberação [diz o Manifesto de 18 de abril] nós chegaremos a ele do seguinte modo:
> 1º) Em respeito aos princípios da união federativa cada província realizará a reforma de acordo com seus interesses particulares, mais ou menos lentamente, conforme a maior ou menor facilidade na substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre;
> 2º) Em respeito aos direitos adquiridos e para conciliar a propriedade de fato com o princípio da liberdade, a reforma se fará tendo por base a indenização ou resgate.[34]

Luís Gama protestou com veemência, mas a sua voz perdeu-se abafada por um silêncio constrangido. Essa seria a linha de neutralidade dos republicanos agrários, definida principalmente por Moraes Barros, Campos Salles, Francisco Glycerio, João Tibiriçá e Prudente de Moraes. O pragmatismo deste formulou-se de modo tático em sua intervenção parlamentar quando se discutia o Projeto Saraiva (em maio de 85), que resultou na Lei dos Sexagenário:

> Posso dizer, e creio que não serei contestado pelo representante da minha província; na província de São Paulo, especialmente no Oeste que é a sua parte mais rica e próspera, a questão principal não é a da liberdade do escravo. Os paulistas não fazem resistência, não fazem questão disto, do que eles fazem questão séria, e com toda razão, é da substituição e permanência do trabalho (apoiados de Antônio Prado, Rodrigo Silva e Martim Francisco), e desde que o governo cure seriamente de empregar os meios que facilitem a substituição do trabalho escravo, desde que facilite a aquisição de braços livres que garantam a permanência do trabalho, a conservação e desenvolvimento da sua lavoura, os paulistas estarão satisfeitos e não farão questão de abrir mão dos seus escravos, mesmo sem indenização, porque para eles a melhor, a verdadeira indenização está

[33] J. M. Santos, Os republicanos paulistas e a abolição, São Paulo, Martins, 1942, pp. 118-9.
[34] Ibidem, p. 150.

> na facilidade de obter trabalhadores livres, está na substituição do trabalho.[35]

O texto, em sua pesada redundância, fala por si. A adesão franca a à campanha abolicionista da parte dos paulistas do Oeste estava, pois, condicionada a um subsídio oficial que fosse bastante copioso para a obtenção dos braços livres. O subsídio veio em abundância: entre 87 e 88 chegariam aos nossos portos quase 150 mil imigrantes.

Proclamada República, sob o domínio do café, põe-se em marcha a *grande imigração.*

Resolvera-se o problema do trabalho assalariado. Mas não a questão do ex-escravo, a questão do negro. Para este, o liberalismo republicano nada tinha a oferecer. Foi o que logo perceberam os militantes do novo liberalismo que ainda se mantiveram fiéis à monarquia, Nabuco e Rebouças, cuja correspondência traz contínuas acusações ao novo regime, *plutocrático*. Nabuco escreve a Rebouças, que se autoexilaria para a África no dia mesmo da proclamação da República:

> Com que gente andamos metidos! Hoje estou convencido de que não havia uma parcela de amor do escravo, de desinteresse e de abnegação em três quartas partes dos que se diziam abolicionistas. Foi uma especulação mais! A prova é que fizeram esta República e depois dela só advogam a causa dos bolsistas, dos ladrões da finança, piorando infinitamente a condição dos pobres. É certo que os negros estão morrendo e pelo alcoolismo se degradando ainda mais do que quando escravos, porque são hoje livres, isto é, responsáveis, e antes eram puras máquinas, cuja sorte Deus tinha posto em outras mãos (se Deus consentiu na escravidão); mas onde estariam os propagandistas da nova cruzada? Desta vez nenhum seria sequer acreditado [...] Estávamos metidos com financeiros, e não com puritanos, com fâmulos de banqueiros falidos, mercenários de agiotas etc.; tínhamos de tudo, menos sinceridade e amor pelo oprimido. A transformação do abolicionismo em republicanismo bolsista é tão vergonhosa pelo menos como a do escravagismo.[36]

Mas já em 1884 Nabuco percebia a oposição entre o reformismo agrário dos novos liberais e a política do latifúndio: “Estamos no reinado do café, e é o café que maiores embaraços levantam ao resgate dos escravos”.[37]

Era também o pensamento de um mulato humilhado e ofendido pela *República do Kabhet*, Lima Barreto. Mas aqui já entramos em uma outra história: a história do negro e do mestiço depois da abolição. Quem a estudar deverá desfazer

---

[35] Idem, ibidem, p. 225.

[36] Carta a Rebouças, Rio de Janeiro, 1º de janeiro de1893, transcrita em Joaquim Nabuco, Cartas a amigos, São Paulo, Ipê, vol. 1, p. 219

[37] Jornal do Comércio, 1de setembro de 1884.

outro nó: não o que atou liberalismo e escravidão, mas o que ata liberalismo e preconceito.

Anexo C: Capítulo do livro.

BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas.** 1. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. 180 p.; 21cm. – (coleção biblioteca básica brasileira; 3). P. 41 – 45.

IV - A política e os políticos da Bruzundanga.

A minha estada na Bruzundanga foi demorada e proveitosa. O país, no dizer de todos, é rico, tem todos os minerais, todos os vegetais úteis, todas as condições de riqueza, mas vive na miséria. De onde em onde, faz uma “parada” feliz e todos respiram. As cidades vivem cheias de carruagens; as mulheres se arreiam de joias e vestidos caros; os cavalheiros chiques se mostram, nas ruas, com bengalas e trajes apurados; os banquetes e as recepções se sucedem

Não há amanuense do Ministério do Exterior de lá que não ofereça banquetes por ocasião de sua promoção ao cargo imediato. Isso dura dois ou três anos; mas, de repente, todo esse aspecto da Bruzundanga muda. Toda a gente começa a ficar na miséria. Não há mais dinheiro. As confeitarias vivem às moscas; as casas de elegâncias põem à porta verdadeiros recrutadores de fregueses; e os judeus do açúcar e das casas de prego começam a enriquecer doidamente.

Por que será tal coisa? hão de perguntar.

É que a vida econômica da Bruzundanga é toda artificial e falsa nas suas bases, vivendo o país de expedientes.

Entretanto, o povo só acusa os políticos, isto é, os seus deputados, os seus ministros, o presidente, enfim.

O povo tem em parte razão. Os seus políticos são o pessoal mais medíocre que há. Apegam-se a velharias, a coisas estranhas à terra que dirigem, para achar solução às dificuldades do governo.

A primeira coisa que um político de lá pensa quando se guinda às altas posições é supor que é de carne e sangue diferentes do resto da população.

O valo de separação entre ele e a população que tem de dirigir faz-se cada vez mais profundo.

A nação acaba não mais compreendendo a massa dos dirigentes, não lhe entendendo estes a alma, as necessidades, as qualidades e as possibilidades.

Em face de um país com uma população já numerosa em relação ao território ocupado efetivamente – na Bruzundanga, os seus políticos só pedem e proclamam a necessidade de introduzir milhares e milhares de forasteiros.

Dessa maneira, em vez de procurarem encaminhar para a riqueza e para o trabalho a população que já está, eles, por meio de capciosas publicações, mentirosas e falsas, atraem para a nação uma multidão de necessitados cuja desilusão, após certo tempo de estadia, mais concorre para o mal-estar do país.

Bossuet dizia que o verdadeirofim da política era fazer os povos felizes; o verdadeiro fim da política dos políticos da Bruzundanga é fazer os povos infelizes.

Já lhes contei aqui como o Doutor Felixhimino Ben Karpatoso, tido como grande financista naquele país, se saiu quando se tratou de resolver grandes dificuldades financeiras da nação. Pois bem: esse senhor não é o único exemplo da singular capacidade mental dos homens públicos da Bruzundanga.

Outros muitos eu poderia citar. Há lá um que, depois de umas exibições vaidosas de retratos nos jornais e coisas equivalentes, se casou rico e deu para ser católico praticante.

Encontrou o caminho de Damasco, que é ainda uma cidade opulenta.

Entretanto, eu, quando frequentei a Universidade da Bruzundanga, o conheci como adepto do positivismo do rito do nosso Teixeira Mendes. Quis meter-se na política, fugiu do positivismo, e, antes de dez anos, ei-lo de balandrau e vara a acompanhar procissões.

Depois da sua conversão, foi eleito definidor, fabriqueiro, escrivão de várias irmandades e ordens terceiras.

Aliás, na Bruzundanga, não há sujeito ateu ou materialista em regra que, ao se casar com mulher rica, não se faça instantaneamente católico apostólico romano. Assim fez esse meu antigo colega.

Esse homem, ou antes esse rapaz, que tão rapidamente se passou de uma ideia religiosa para a outra, esse rapaz cuja insinceridade é evidente, é ajudado em todas as suas pretensões, veleidades, desejos, pelos bispos, frades, padres e irmãs de caridade.

As irmãs de caridade gozam, lá na Bruzundanga, de uma influência poderosa. Não quero negar que, como enfermeiras de hospitais, elas prestem serviços

humanitários dignos de todo o nosso respeito; mas não são essas que os cínicos ambiciosos da Bruzundanga cortejam. Eles cortejam aquelas que dirigem colégios de meninas ricas. Casando-se com uma dessas, obtêm eles a influência das colegas, casadas também com grandes figurões, para arranjarem posições e lugares rendosos.

Toda a gente sabe como o pessoal eclesiástico consegue manter a influência sobre os seus discípulos, mesmo depois de terminarem os seus cursos. Anatole France, em L'Église et la République, mostrou isso muito bem. Os padres, freiras, irmãs de caridade não abandonam os seus alunos absolutamente. Mantêm sociedades, recepções, etc., para os seus antigos educandos; seguem-lhes a vida de toda a forma, no casamento, nas carreiras, nos seus lutos, etc.

De tal forma fazem isso que constituem uma espécie de maçonaria a influir no espírito dos homens, através das mulheres que eles esposam.

E os malandros que sabem dessa teia formada acima dos néscios, dos sinceros e dos honestos de pensamento tratam de cavar um dote e uma menina das irmãs, o que vem a ser uma e única coisa.

Disse-nos um velho que conheceu escravos na Bruzundanga que foram elas, as irmãs dos colégios ricos, as mais tenazes inimigas da abolição da escravidão. Dominando as filhas e mulheres dos deputados, senadores, ministros, dominavam de fato os deputados, os senadores e os ministros. Ce que femme veut...

Na Bruzundanga, onde os casamentos desastrosos abundam como em toda parte, não é lei o divórcio por causa dessa influência hipócrita e tola, provinda dos ricos colégios de religiosos, onde se ensina a papaguear o francês e acompanhar a missa.

Esta dissertação não foi à toa, em se tratando de política e políticos da Bruzundanga, porque estes últimos são em geral casados com moças educadas pelas religiosas, e estas fazem a política do país.

Com esse apoio forte, apoio que resiste às revoluções, às mudanças de regime, eles tratam, no poder, não de atender as necessidades da população, não de lhes resolver os problemas vitais, mas de enriquecerem e firmarem a situação dos seus descendentes e colaterais.

Não há lá homem influente que não tenha, pelo menos, trinta parentes ocupando cargos do Estado; não há lá político influente que não se julgue com

direito a deixar para os seus filhos, netos, sobrinhos, primos, gordas pensões pagas pelo Tesouro da República.

No entanto, a terra vive na pobreza; os latifúndios abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações, oprimida por chefões políticos, inúteis, incapazes de dirigir a coisa mais fácil desta vida.

Vive sugada, esfomeada, maltrapilha, macilenta, amarela, para que, na sua capital, algumas centenas de parvos, com títulos altissonantes disso ou daquilo, gozem vencimentos, subsídios, duplicados e triplicados, afora rendimentos que vêm de outra e qualquer origem, empregando um grande palavreado de quem
vai fazer milagres.

Um povo desses nunca fará um *haro,* para obter terras.

A República dos Estados Unidos da Bruzundanga tem o governo que merece. Não devemos estar a perder o latim com semelhante gente; eu, porém, que me propus a estudar os seus usos e costumes, tenho que ir até ao fim.

Não desanimarei, e ainda mais uma vez lembro, para bem esclarecer o que fica dito acima, que o grande Bossuet disse que a política tinha por fim fazer a felicidade dos povos e a vida cômoda.

A Águia de Meaux, creio eu, não afirmou isso somente para edificação de algumas beatas...

Anexo D: “Quaresma pôde então ver melhor a fisionomia do homem que ia enfeixar em suas mãos, durante quase um ano, tão fortes poderes, poderes de Imperador Romano, pairando sobre tudo, limitando tudo, sem encontrar obstáculo algum aos seus caprichos, às suas fraquezas e vontades, nem nas leis, nem nos costumes, nem na piedade universal e humana.

Era vulgar e desoladora. O bigode caído; o lábio inferior pendente e mole a que se agarrava uma grande "mosca"; os traços flácidos e grosseiros; não havia nem o desenho do queixo ou olhar que fosse próprio, que revelasse algum dote superior. Era um olhar mortiço, redondo, pobre de expressões, a não ser de tristeza que não lhe era individual, mas nativa, de raça; e todo ele era gelatinoso – parecia não ter nervos.

Não quis o major ver em tais sinais nada que lhe denotasse o caráter, a inteligência e o temperamento. Essas cousas não vogam, disse ele de si para si.

O seu entusiasmo por aquele ídolo político era forte, sincero e desinteressado. Tinha-o na conta de enérgico, de fino e supervidente, tenaz e conhecedor das necessidades do país, manhoso talvez um pouco, uma espécie de Luís XI forrado de um Bismarck. Entretanto, não era assim. Com uma ausência total de qualidades intelectuais, havia no caráter do Marechal Floriano uma qualidade predominante: tibieza de ânimo; e no seu temperamento, muita preguiça. Não a preguiça comum, essa preguiça de nós todos; era uma preguiça mórbida, como que uma pobreza de irrigação nervosa, provinda de uma insuficiente quantidade de fluido no seu organismo. Pelos lugares que passou, tornou-se notável pela indolência e desamor às obrigações dos seus cargos.

Quando diretor do Arsenal de Pernambuco, nem energia tinha para assinar o expediente respectivo; e durante o tempo em que foi ministro da Guerra, passava meses e meses sem lá ir, deixando tudo por assinar, pelo que "legou" ao seu substituto um trabalho avultadíssimo.

Quem conhece a atividade papeleira de um Colbert, de um Napoleão, de um Filipe II, de Guilherme I, da Alemanha, em geral de todos os grandes homens de Estado, não compreende o descaso florianesco pela expedição de ordens, explicações aos subalternos, de suas vontades, de suas vistas, certamente necessárias deviam ser tais transmissões para que o seu senso superior se fizesse sentir e influísse na marcha das coisas governamentais e administrativas.

Dessa preguiça de pensar e de agir, vinha o seu mutismo, os seus misteriosos monossílabos, levados à altura de ditos sibilinos, as famosas "encruzilhadas dos talvezes", que tanto reagiram sobre a inteligência e imaginação nacionais, mendigas de heróis e grandes homens.” (BARRETO, 2019, p. 149 – 150)

Anexo E: “Com o tempo, a revolta passou a ser uma festa, um divertimento da cidade... Quando se anunciava um bombardeio, num segundo, o terraço do Passeio Público se enchia. Era como se fosse uma noite de luar, no tempo em que era do tom apreciá-las no velho jardim de Dom Luís de Vasconcelos, vendo o astro solitário pratear a água e encher o céu.

Alugavam-se binóculos e tanto os velhos como as moças, os rapazes como as velhas, seguiam o bombardeio como uma representação de teatro: "Queimou Santa Cruz! Agora é o 'Aquidabã'! Lá vai!" E dessa maneira a revolta ia, familiarmente, entrando nos hábitos e nos costumes da cidade.

Nos cais Pharoux, os pequenos garotos, vendedores de jornais, engraxates, quitandeiros ficavam atrás das portadas, dos urinários, das árvores, a ver, a esperar a queda das balas; e quando acontecia cair uma, corriam todos em bolo, a apanhá-la como se fosse uma moeda ou guloseima.

As balas ficaram na moda. Eram alfinetes de gravata, berloques de relógios, lapiseiras, feitas com as pequenas balas de fuzis; faziam-se também coleções das médias e com os seus estojos de metal, areados, polidos, lixados, ornavam os consolos, os dunquerques das casas médias; as grandes, os "melões" e as "abóboras", como chamavam, guarneciam os jardins, como vasos de faiança ou estátuas.

A lancha continuava a atirar; Fontes fez um disparo. O canhão vomitou o projétil, recuou um pouco e logo foi posto em posição. A embarcação respondeu e o rapazote gritou: queimou!

Eram sempre esses garotos que anunciavam os tiros do inimigo. Mal viam o fuzilar breve e a fumaça, lá longe, no navio, jorrar devagar, muito pesada, gritavam: queimou!

Houve um em Niterói que teve o seu quarto de hora de celebridade. Chamavam-no "Trinta-Réis"; os jornais do tempo ocuparam-se com ele, fizeram-se subscrições a seu favor. Um herói! Passou a revolta e foi esquecido, tanto ele como a "Luci", uma bela lancha que chegou fazer-se entidade na imaginação da urbs, a interessá-la, a criar inimigos e admiradores”.

A embarcação deixou de provocar a fúria do posto do Caju, e Fontes deu instruções ao seu chefe da peça, e foi-se embora.

Quaresma recolheu-se ao seu quarto e continuou os seus estudos guerreiros. Os mais dias que passou naquele extremo da cidade não eram diferentes deste. Os

acontecimentos eram os mesmos e a guerra caía na banalidade da repetição dos mesmos episódios. (BARRETO, 219, p. 167 – 168)

Anexo F: “O próprio doutor Armando Borges, o marido de Olga e sábio sereno e dedicado quando estudante, colocava na revolta a realização de risonhos anelos.

Médico e rico, pela fortuna da mulher, ele não andava satisfeito. A ambição de dinheiro e o desejo de nomeada esporeavam-no. Já era médico do Hospital Sírio, onde ia três vezes por semana e, em meia hora, via trinta e mais doentes. Chegava, o enfermeiro dava-lhe informações, o doutor ia, de cama em cama, perguntando: “Como vai?”. “Vou melhor seu doutor”, respondia o sírio com voz gutural. Na seguinte, indagava: “Já está melhor?”. E assim passava a visita; chegando ao gabinete receitava: “Doente nº 1, repita a receita; doente 5... quem é?”... “É aquele barbado”... “Ahn!” E receitava.

Mas médico de um hospital particular não dá fama a ninguém: o indispensável é ser do governo, senão ele não passava de um simples prático. Queria ter um cargo oficial, médico, diretor ou mesmo lente da faculdade.

E isso não era difícil, desde que arranjasse boas recomendações pois já tinha certo nome, graças à sua atividade e fertilidade de recursos.

De quando em quando, publicava um folheto. O cobreiro, etiologia, profilaxia e tratamento ou Contribuição para o estudo da sarna no Brasil; e, mandava o folheto, quarenta e sessenta páginas, aos jornais que se ocupavam dele duas ou três vezes por ano; o “operoso doutor Armando Borges, o ilustre clínico, o proficiente médico dos nossos hospitais”, etc. etc.

Obtinha isso graças à precaução que tomara em estudante de se relacionar com os rapazes da imprensa. Não contente com isso escrevia artigos, estiradas compilações, em que não havia nada de próprio, mas ricos de citações em francês, inglês e alemão. O lugar de lente é que o tentava mais; o concurso, porém, metia-lhe medo. Tinha elementos, estava bem relacionado e cotado na congregação, mas aquela história de arguição apavorava-o.

Não havia dia em que não comprasse livros, em francês, inglês e italiano; tomara até um professor de alemão, para entrar na ciência germânica; mas faltava-lhe energia para o estudo prolongado e a sua felicidade pessoal fizera evolar-se a pequena que tivera quando estudante.

A sala da frente do alto porão tinha sido transformada em biblioteca. As paredes estavam forradas de estantes que gemiam ao peso dos grandes tratados. À noite, ele abria as janelas das venezianas, acendia todos os bicos de gás e se punha à mesa, todo de branco com um livro aberto sob os olhos.

O sono não tardava a vir ao fim da quinta página... Isso era o diabo! Deu em procurar os livros da mulher. Eram romances franceses, Goncourt, Anatole France, Daudet, Maupassant, que o faziam dormir da mesma maneira que os tratados. Ele não compreendia a grandeza daquelas análises, daquelas descrições, o interesse e o valor delas, revelando a todos, à sociedade, a vida, os sentimentos, as dores daqueles personagens, um mundo! O seu pedantismo, a sua falsa ciência e a pobreza de sua instrução geral faziam-no ver naquilo tudo, brinquedos, passatempos, falatórios, tanto mais que ele dormia à leitura de tais livros.

Precisava, porém, iludir-se, a si mesmo e à mulher. De resto, da rua, viam-no e se dessem com ele a dormir sobre os livros?!... Tratou de encomendar algumas novelas de Paulo de Kock em lombadas com títulos trocados e afastou o sono (BARRETO, 2019, p. 137 – 139).